



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

REGIMENTO INTERNO CONSOLIDADO
DO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

Atualizado até Emenda Regimental nº 32, de 16.7.2020

PRESIDENTE Desembargador José da Fonseca Martins Junior

VICE-PRESIDENTE Desembargador Cesar Marques Carvalho

CORREGEDORA REGIONAL Desembargadora Mery Bucker Caminha

VICE-CORREGEDOR REGIONAL Desembargador Luiz Alfredo Mafra Lino

Comissão de Regimento Interno

Presidente:

Desembargador José da Fonseca Martins Junior

Membros:

Desembargadora Rosana Salim Villela Travesedo

Desembargador Gustavo Tadeu Alckmim

Desembargadora Giselle Bondim Lopes Ribeiro

Desembargador Marcos Pinto da Cruz

Suplentes:

Desembargadora Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva

Desembargadora Cláudia Regina Vianna Marques Barrozo

**REGIMENTO INTERNO CONSOLIDADO
DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**

SUMÁRIO

PARTE I DA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA	6
TÍTULO I DO TRIBUNAL	6
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	6
CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO E DA INVESTIDURA	6
CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO	7
CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA	9
Seção I Da Competência do Tribunal Pleno	9
Seção II Da Competência do Órgão Especial	11
Seção III Da Competência da Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SEDIC)	13
Seção IV Da Competência das Subseções Especializadas em Dissídios Individuais (SEDI-I e SEDI-II)	13
Seção V Da Competência das Turmas	14
Seção VI	14
Disposições Gerais	14
DA DIREÇÃO	15
CAPÍTULO VI DA PRESIDÊNCIA	17
Seção I Disposições Gerais	17
Seção II Das Atribuições do Presidente	17
Seção III Das Atribuições do Vice-Presidente	20
CAPÍTULO VII DA CORREGEDORIA REGIONAL	20
Seção I Disposições Gerais	21
Seção II Das Atribuições do Corregedor Regional	21
Seção III Das Atribuições do Vice-Corregedor Regional	22
CAPÍTULO VIII DA PRESIDÊNCIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS	22
Seção I Disposições Gerais	22
Seção II Das Atribuições dos Presidentes dos Órgãos Colegiados	23
CAPÍTULO IX DAS COMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS	24
CAPÍTULO X DOS MAGISTRADOS	27
Seção I Disposições Gerais	27
Seção II Dos Magistrados	27

Seção III Do Relator.....	28
Seção IV Do Revisor.....	29
Seção V Do Redator Designado.....	30
CAPÍTULO XI DAS REMOÇÕES, PERMUTAS, PROMOÇÕES, ACESSOS E DESIGNAÇÕES	30
CAPÍTULO XII DAS FÉRIAS, LICENÇAS, AFASTAMENTOS E APOSENTADORIA.....	32
Seção I Das Férias.....	33
Seção II Das Licenças e Afastamentos	34
Seção III Da Aposentadoria	35
Seção IV Da Disponibilidade e da Aposentadoria por Interesse Público	36
CAPÍTULO XIII DAS SUBSTITUIÇÕES E CONVOCAÇÕES.....	36
CAPÍTULO XIV DA POLÍCIA DO TRIBUNAL	37
CAPÍTULO XV DA REPRESENTAÇÃO POR DESOBEDIÊNCIA OU DESACATO.....	38
TÍTULO II DA ESCOLA JUDICIAL.....	38
TÍTULO III DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	38
PARTE II DO PROCESSO	39
TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....	39
CAPÍTULO I DA CLASSIFICAÇÃO	39
CAPÍTULO II DA DISTRIBUIÇÃO.....	39
CAPÍTULO III DOS PRAZOS	42
CAPÍTULO IV DAS PAUTAS	42
CAPÍTULO V DAS DECISÕES E SUA PUBLICAÇÃO.....	43
TÍTULO II DA JURISPRUDÊNCIA.....	45
CAPÍTULO I DA UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA.....	45
CAPÍTULO II DA SÚMULA E DOS PRECEDENTES NORMATIVOS	54
TÍTULO III DAS SESSÕES	56
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....	56
CAPÍTULO II DAS SESSÕES SOLENES.....	62
CAPÍTULO III DAS SESSÕES DO TRIBUNAL PLENO, DO ÓRGÃO ESPECIAL E DAS SEÇÕES ESPECIALIZADAS	63
CAPÍTULO IV DAS SESSÕES DAS TURMAS	64
CAPÍTULO V DAS SESSÕES ADMINISTRATIVAS E EM SEGREDO DE JUSTIÇA	65
CAPÍTULO VI DAS SESSÕES VIRTUAIS	65
TÍTULO IV DAS AUDIÊNCIAS	68

TÍTULO V DOS CONFLITOS DE COMPETÊNCIA E DE ATRIBUIÇÕES	68
TÍTULO VI DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI OU DE ATO NORMATIVO DO PODER PÚBLICO	68
TÍTULO VII DAS AÇÕES ORIGINÁRIAS	69
CAPÍTULO I DO MANDADO DE SEGURANÇA	69
CAPÍTULO II DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	70
CAPÍTULO III DO <i>HABEAS CORPUS</i>	71
CAPÍTULO IV DOS DISSÍDIOS COLETIVOS	72
TÍTULO VIII DOS PROCESSOS INCIDENTES	74
CAPÍTULO I DO IMPEDIMENTO E DA SUSPEIÇÃO.....	74
CAPÍTULO II DA HABILITAÇÃO INCIDENTE.....	74
CAPÍTULO III DA SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE TUTELA ANTECIPADA.....	74
CAPÍTULO IV DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS	75
CAPÍTULO V DAS TUTELAS PROVISÓRIAS	75
TÍTULO IX DOS RECURSOS	75
CAPÍTULO I DOS RECURSOS PARA O TRIBUNAL	75
CAPÍTULO II DOS RECURSOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NO TRIBUNAL	76
Seção I Do Agravo Regimental.....	76
Seção II Dos Embargos de Declaração	77
CAPÍTULO III DOS RECURSOS PARA O TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	77
Seção I Disposições Gerais	77
Seção II Do Recurso Ordinário	78
Seção III Do Recurso de Revista	78
Seção IV Do Agravo de Instrumento	79
TÍTULO X DA EXECUÇÃO	80
PARTE III DISPOSIÇÕES FINAIS	80
TÍTULO I DAS EMENDAS REGIMENTAIS	80
TÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.....	81
ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO	83
(Elaborado pela Divisão de Estruturação do Conhecimento	83
DESCO/CORC - da Secretaria de Gestão do Conhecimento).....	83

PARTE I DA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA

TÍTULO I DO TRIBUNAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São órgãos da Justiça do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro:

I - o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região; e

II - os Juízes do Trabalho.

Caput e incisos com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO E DA INVESTIDURA

Capítulo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 2º O Tribunal compõe-se de cinquenta e quatro desembargadores.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 13, de 30.11.2006.

§1º Cada desembargador terá dois assessores, bacharéis em Direito, de sua livre indicação, nomeados pelo Presidente do Tribunal.

Parágrafo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

§2º Haverá um gabinete para cada desembargador, com lotação aprovada pelo Órgão Especial.

Art. 3º As vagas de desembargador, destinadas à magistratura de carreira, serão preenchidas na forma do disposto nos artigos 52 e 53 deste Regimento Interno.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 4º Ocorrendo vaga destinada a um dos segmentos do quinto constitucional, o Presidente do Tribunal dará imediata ciência dela, conforme o caso, ao Ministério Público do Trabalho ou à Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Seccional do Estado do Rio de Janeiro, solicitando a elaboração e encaminhamento da lista sêxtupla de que cuida o artigo 94 da Constituição federal.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

§1º Em sessão pública do Tribunal Pleno, pelo voto aberto, a lista sêxtupla será reduzida à tríplice, cabendo a cada desembargador votar em três nomes. O *quorum* será fixado segundo o critério constante do artigo 165, parágrafo único, deste Regimento.

Parágrafo com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

§2º A lista tríplice será formada pelos candidatos que, em primeiro escrutínio ou nos subsequentes, obtiverem a maioria absoluta dos votos.

§3º Ter-se-á por constituída a lista se, no primeiro escrutínio, três candidatos obtiverem a maioria absoluta dos votos, figurando na lista na ordem decrescente de cada um dos sufrágios.

Parágrafos 2º e 3º com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

§4º Se necessários escrutínios subsequentes, em cada um deles concorrerão tantos candidatos quanto o dobro do número de vagas a preencher na lista tríplice, de acordo com a ordem de votação alcançada no escrutínio anterior.

§5º Em caso de empate, será feita nova votação, da qual participarão apenas os ali contemplados.

Parágrafos 1º a 5º acrescentados pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º O Tribunal funcionará na plenitude de sua composição, por seu Órgão Especial, por suas Seções Especializadas em Dissídios Individuais e em Dissídios Coletivos, ou ainda dividido em Turmas.

Art. 6º São órgãos do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região:

I - o Tribunal Pleno;

II - o Órgão Especial;

III - a Presidência;

IV - a Corregedoria Regional;

V - a Seção Especializada em Dissídios Coletivos;

VI - a Seção Especializada em Dissídios Individuais, composta por duas Subseções;

VII - as Turmas; e

Caput e incisos I a VII com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

VIII - as Varas do Trabalho.

Inciso acrescentado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Parágrafo único. O Fórum de Gestão Judiciária, composto pelos magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, realizado no 1º semestre de cada ano.

Parágrafo único acrescentado pela Emenda Regimental nº 21, de 04.12.2014.

Art. 7º O Órgão Especial é constituído por dezesseis membros, para o exercício de funções administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do Tribunal Pleno.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Parágrafo único. Sua composição observará o disposto na Constituição federal (art. 93, inciso XI) e nas regulamentações do Conselho Nacional de Justiça.

Parágrafo único com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

Art. 8º A Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SEDIC é constituída por 11 (onze) desembargadores, nela figurando, como membros natos, o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal (art. 5, §3º, da Lei nº 8.531, de 15 de dezembro de 1992).

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 25, de 9.6.2016.

Art. 9º A Subseção Especializada em Dissídios Individuais I (SEDI-I) é composta por 11 (onze) desembargadores e a Subseção Especializada em Dissídios Individuais II (SEDI-II), por 14 (quatorze), já incluído o Presidente da Seção.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 25, de 9.6.2016.

Art. 10. As Turmas do Tribunal são constituídas por cinco desembargadores.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 11. Não poderão ter assento, na mesma Turma ou Seção Especializada, cônjuges e parentes consanguíneos ou afins em linha reta, bem como em linha colateral até o terceiro grau.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Parágrafo único. *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

Art. 12. Os cargos da administração do Tribunal não admitem acumulação com quaisquer outros cargos ou funções, ressalvada a participação do Presidente e do Vice-Presidente na SEDIC (art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.531, de 15 de dezembro de 1992).

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 25, de 9.6.2016.

Art. 12-A. O Diretor da Escola Judicial e o Ouvidor, durante os respectivos mandatos, ficarão dispensados da distribuição de processos vinculados às Seções Especializadas que integrem.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 17, de 11.11.2010.

Parágrafo único. Os processos distribuídos até a posse do Diretor da Escola Judicial e do Ouvidor permanecerão a eles vinculados.

Parágrafo único acrescentado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 13. O desembargador Presidente do Tribunal fará publicar no Diário Oficial, ao início das atividades judiciárias de cada ano, relação com os ocupantes dos cargos da administração do Tribunal, a constituição do Órgão Especial, das Seções Especializadas e das Turmas, a lista de antiguidade dos desembargadores do tribunal, além das listas de antiguidade dos juízes titulares de Vara do Trabalho e dos juízes substitutos.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA

Seção I Da Competência do Tribunal Pleno

Art. 14. Compete ao Tribunal Pleno:

I - eleger e dar posse ao Presidente, ao Vice-Presidente, ao Corregedor Regional, ao Vice-Corregedor Regional, ao Presidente da Seção Especializada em Dissídios Individuais, ao Diretor da Escola Judicial e ao Ouvidor;

II - eleger, na mesma data em que se dá a eleição de que cuida o inciso I, dentre os desembargadores em exercício:

Incisos I e II com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

a) a metade dos integrantes do Órgão Especial e seus suplentes;

b) o suplente do Ouvidor;

c) quatro de seus desembargadores, bem como dois suplentes, para, com o Presidente do Tribunal, integrar a Comissão de Regimento Interno;

d) cinco de seus desembargadores, sendo três representantes das Seções Especializadas - SEDI-1, SEDI-2 e SEDIC -, um representante do Órgão Especial e um representante das Turmas, bem como cinco suplentes, com idêntica representação, para integrar a Comissão de Jurisprudência e Gestão de Precedentes;

Alínea com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

e) três de seus desembargadores, bem como um suplente, para, com o Presidente e os três desembargadores mais antigos da Corte, compor o Conselho da Ordem do Mérito Judiciário;

f) três de seus desembargadores, para integrar a Comissão de Vitaliciamento de Juiz do Trabalho Substituto;

Alínea com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

g) um desembargador para, com o Vice-Presidente do Tribunal, compor a Comissão de Responsabilidade Socioambiental; e

h) um desembargador para dirigir o Centro Cultural.

Alíneas “a” a “f” acrescentadas pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Alíneas “g” e “h” acrescentadas pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

III - aprovar e alterar o Regimento Interno;

IV - indicar os juízes titulares de Vara do Trabalho para acesso ao Tribunal por antiguidade e, nas vagas a serem preenchidas por merecimento, organizar as respectivas listas tríplices;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

V - elaborar as listas tríplices para o preenchimento dos cargos de desembargador do Tribunal quanto às vagas destinadas aos advogados e membros do Ministério Público do Trabalho;

VI - elaborar as listas tríplices dos juízes substitutos para promoção por merecimento, submetendo-as, bem como as indicações referentes ao preenchimento das vagas de antiguidade, ao Presidente do Tribunal;

VII - examinar e decidir as reclamações contra as listas de antiguidade de que cuida o artigo 13 deste Regimento, desde que oferecidas dentro de quinze dias, contados de sua publicação;

Incisos V a VII com redação dada pela Emenda Regimental nº 6, de 7.3.2005.

VIII - processar e julgar os processos relativos à aplicação de penas disciplinares, em conformidade com a Constituição federal e a regulamentação do Conselho Nacional de Justiça;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

IX - deliberar, por maioria absoluta e de forma motivada, sobre a aquisição de vitaliciedade ou a exoneração dos juízes substitutos ao fim do primeiro biênio de exercício (CF, art. 95, inc. I), observados os critérios de presteza e segurança no exercício da jurisdição, a frequência e o aproveitamento em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento (CF, art. 93, incs. II, “c”, e IV); os antecedentes disciplinares, o fiel cumprimento dos deveres do magistrado e das vedações instituídas na LOMAN;

X - deliberar sobre proposta de edição, alteração ou cancelamento de Súmula ou Precedente Normativo da jurisprudência do Tribunal, observado o procedimento dos artigos 120 a 126 deste Regimento;

XI - processar e julgar o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR, o Incidente de Assunção de Competência - IAC e as Reclamações decorrentes da não aplicação das teses jurídicas fixadas nestes incidentes, bem como deliberar sobre proposta de revisão ou cancelamento de Teses Jurídicas Prevalentes;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

XII - deliberar sobre matérias que envolvam a organização judiciária do Tribunal.

Incisos IX, X e XII com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

XIII - decidir as arguições de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público, quando consideradas relevantes pelo Órgão Especial, pelas Seções Especializadas ou pelas Turmas.

XIV - *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

XV - *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

XVI - *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

XVII - *Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.*

XVIII - *Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.*

Parágrafo único. É permitida uma reeleição do Diretor da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

Parágrafo único acrescentado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Seção II **Da Competência do Órgão Especial**

Art. 15. Compete ao Órgão Especial:

I - *Revogado pela Emenda Regimental nº 22, de 09.07.2015.*

II - julgar os *habeas corpus* quando se tratar de ato de autoridade integrante do Tribunal;

III - julgar os recursos contra atos ou decisões do Presidente do Tribunal em matéria administrativa;

IV - julgar os agravos regimentais, na forma dos artigos 236, 237 e 238, deste Regimento, opostos a atos ou decisões do Presidente do Tribunal, do Corregedor Regional e dos Relatores em processos de competência do Órgão Especial, quando não atacáveis por recurso previsto em lei;

V - julgar os mandados de segurança impetrados contra seus atos ou de seus desembargadores, ressalvados os processos de competência das Seções Especializadas;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

VI - processar e julgar as habilitações incidentes, arguições de falsidade e exceções vinculadas a processos pendentes de sua decisão;

VII - deliberar, por proposta do Presidente, sobre concursos para preenchimento de vagas destinadas à magistratura de carreira e aquelas verificadas em seu quadro de pessoal, decidindo sobre suas instruções, regulamentos e composição da comissão de concurso e das bancas examinadoras;

VIII - julgar os recursos contra os atos da comissão de concurso e das bancas examinadoras, aprovar a classificação final do concurso, indicando os que devem ser nomeados, e prorrogar os prazos de validade, quando conveniente;

IX - julgar os conflitos de competência entre as Seções Especializadas, as Turmas e as Varas do Trabalho, ressalvado o julgamento monocrático pelo relator dos conflitos de competência entre os juízes de primeiro grau, quando houver jurisprudência dominante sobre a questão;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

X - julgar as exceções de impedimento ou suspeição dos desembargadores e juízes;
Incisos I, II, III, IV, VI, VII, VIII e X com redação dada pela Emenda Regimental nº 13, de 30.11.2006.

XI - autorizar o juiz a residir fora da área de jurisdição da Vara do Trabalho da qual é titular;

XII - transformar, sem aumento de despesa, as funções comissionadas e os cargos em comissão do quadro de pessoal do Tribunal, vedada a transformação de função em cargo ou vice-versa;

Incisos XI e XII com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

XIII - conceder licença, férias e outros afastamentos a membros do Tribunal, na forma deste Regimento;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 13, de 30.11.2006.

XIV - deliberar sobre:

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

a) os pedidos de remoção de Turma e de Seção Especializada, respeitada a antiguidade dos desembargadores que a tenham requerido no prazo de quinze dias contados da abertura da vaga;

b) as permutas requeridas por desembargadores do Tribunal entre Turmas e Seções Especializadas, observado o disposto no artigo 51 deste Regimento; e

c) os pedidos de remoção de juízes do trabalho substitutos, desta para outra Região e de outras para esta Região.

Alíneas “a” a “c” acrescentadas pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Alínea “c” com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

XV - aprovar o modelo das vestes talares;

XVI - dar posse aos desembargadores do Tribunal, aos juízes titulares de Vara do Trabalho e aos juízes substitutos;

XVII - aprovar o regulamento da secretaria e serviços auxiliares, bem como as alterações necessárias;

Incisos XV a XVII com redação dada pela Emenda Regimental nº 13, de 30.11.2006

XVIII - aprovar o regulamento da Corregedoria Regional;

XIX - fixar os parâmetros para o funcionamento da Escola Judicial;

XX - conceder as licenças de que trata o artigo 65 deste Regimento;

XXI - julgar os recursos administrativos contra decisões ou Provimentos do Corregedor Regional que afrontem as garantias asseguradas à magistratura; e

Incisos XVIII a XXI com redação dada pela Emenda Regimental nº 22, de 9.7.2015.

XXII - julgar os conflitos de atribuição entre os desembargadores; e

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

XXIII - deliberar sobre as demais matérias administrativas e jurisdicionais que não estejam incluídas na competência de outros órgãos do Tribunal.

Inciso acrescentado pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

Seção III

Da Competência da Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SEDIC)

Art. 16. Compete à Seção Especializada em Dissídios Coletivos:

I - conciliar e julgar os dissídios coletivos de natureza econômica e jurídica e homologar as transações incidentais dos dissídios coletivos;

II - julgar as medidas cautelares incidentais nos processos de dissídio coletivo;

III - julgar as ações rescisórias propostas contra suas sentenças normativas;

IV - julgar os mandados de segurança e agravos regimentais pertinentes a atos praticados em processos de sua competência; e

V - julgar as ações anulatórias de cláusulas normativas.

Seção IV

Da Competência das Subseções Especializadas em Dissídios Individuais (SEDI-I e SEDI-II)

Seção com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 17. A competência das Subseções Especializadas em Dissídios Individuais é assim distribuída:

I - Compete à Subseção Especializada em Dissídios Individuais I (SEDI-I) processar e julgar:

Caput e inciso I com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

a) as ações rescisórias, salvo aquelas propostas contra sentenças normativas;

b) as tutelas provisórias relativas a ações rescisórias.

Alíneas “a” e “b” acrescentadas pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Alínea “b” com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

II - Compete à Subseção Especializada em Dissídios Individuais II (SEDI-II) processar e julgar:

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

a) os mandados de segurança contra atos praticados por juízes de primeiro grau ou por quaisquer membros do Tribunal, observado o disposto no inciso V do artigo 15 deste Regimento;

b) os *habeas corpus*, excetuados os da competência do Órgão Especial.

Alíneas “a” e “b” acrescentadas pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

III - Compete a cada uma das Subseções Especializadas:

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

a) processar e julgar os agravos regimentais contra atos praticados em processos de suas respectivas competências, na forma dos artigos 236 e 237 deste Regimento;

b) impor multas e demais penalidades relativas aos atos de sua competência; e

c) determinar às Varas do Trabalho e às autoridades administrativas a realização de diligências e atos processuais necessários ao julgamento dos feitos sujeitos à sua apreciação.

Alíneas “a” a “c” acrescentadas pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

IV - Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

V - Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Seção V Da Competência das Turmas

Art. 18. Compete a cada uma das Turmas:

I - julgar:

a) os recursos ordinários de sentença das Varas do Trabalho, nos casos previstos em lei;

b) os agravos de petição e de instrumento, nos casos previstos em lei;

c) os agravos regimentais, na forma dos artigos 236, 237 e 238, deste Regimento e também os agravos inominados interpostos, no prazo de oito dias, contra os julgamentos monocráticos prolatados pelo relator, mediante inclusão em pauta, quando o relator, se não houver retratação, proferirá o seu voto; e

d) o agravo de que trata o inciso IV do art. 235 deste Regimento.

Alínea acrescentada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

II - impor multas e demais penalidades relativas aos atos de sua competência jurisdicional;
e

III - determinar às Varas do Trabalho e às autoridades administrativas a realização de atos processuais e diligências necessárias ao julgamento dos feitos sujeitos à sua apreciação.

Seção VI Disposições Gerais

Art. 19. Ao Órgão Especial, às Seções Especializadas e às Turmas cabe, ainda, nos processos de sua competência:

I - processar e julgar:

a) os embargos de declaração opostos contra suas decisões;

b) as tutelas provisórias;

Alínea com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

c) os incidentes que lhes forem submetidos;

d) a restauração de autos, em se tratando de processos de sua competência;

Inciso I e alínea "d" com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

e) Revogada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

f) os agravos regimentais contra decisões de seus membros.

Alínea com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

II - homologar os pedidos de desistência das ações; e

III - representar à autoridade competente, quando, em autos ou documentos de que conhecer, houver indício de crime de ação pública.

Art. 20. Ao Tribunal, ao Órgão Especial, às Seções Especializadas e às Turmas, além da própria denominação, cabe o tratamento de "Egrégio", e aos seus membros, o de "Excelência".

CAPÍTULO V DA DIREÇÃO

Art. 21. A Presidência, a Vice-Presidência, a Corregedoria Regional e a Vice-Corregedoria Regional são cargos de direção do Tribunal, preenchidos mediante eleição a ser realizada na primeira quinzena de novembro, por voto secreto, para um mandato de dois anos, dentre os desembargadores mais antigos da Corte, em número correspondente ao dos cargos de direção, com posse designada para a segunda quinzena de janeiro.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

§1º Não figurarão entre os elegíveis, até que se esgotem todos os nomes, na ordem de antiguidade, aqueles desembargadores que tiverem exercido quaisquer cargos de direção por quatro anos ou o de Presidente.

§2º É obrigatória a aceitação do cargo, salvo se tiver havido recusa manifestada e aceita pelo Tribunal antes da eleição.

§3º Considerar-se-á eleito o desembargador que obtiver a maioria dos votos computados.

§4º Em caso de empate, proceder-se-á a novo escrutínio. Persistindo o empate, será considerado eleito o mais antigo.

§5º A eleição do Presidente precede a do Vice-Presidente, que precede a do Corregedor Regional e a deste, a do Vice-Corregedor Regional.

§ 6º Somente poderão votar os magistrados efetivos presentes, não se permitindo o voto

por correspondência ou procuração.

Parágrafo com redação dada pela Emenda Regimental nº 24, de 10.12.2015.

§7º Os desembargadores eleitos ficarão vinculados aos processos que lhes foram distribuídos.
Caput e parágrafos 1º, 3º e 7º com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

~~Art. 21 A. Os cargos de Presidente e Vice-Presidente serão preenchidos mediante eleição pelo voto direto, secreto e facultativo dos magistrados efetivos de primeiro e segundo graus, observando-se o critério de proporcionalidade entre o número de juízes e desembargadores votantes, de modo que o voto de cada desembargador terá o peso equivalente a quatro votos dos juízes de primeiro grau.~~

~~*Declarado nulo pela decisão transitada em julgado nos autos do processo CSJT-PCA-3554-59.2016.5.90.0000.*~~

~~Parágrafo único. O escrutínio concernente à eleição e votação será regulamentado por Resolução Administrativa aprovada pelo Tribunal Pleno.~~

~~*Artigo acrescentado pela Emenda Regimental nº 24, de 10.12.2015.*~~

~~*Declarado nulo pela decisão transitada em julgado nos autos do processo CSJT-PCA-3554-59.2016.5.90.0000*~~

Art. 22. Na impossibilidade da posse de qualquer dos eleitos na data estabelecida, por fato superveniente à eleição, observar-se-á o seguinte:

I - se a impossibilidade for de caráter temporário, dar-se-á posse na data marcada aos demais eleitos e ao remanescente no prazo de trinta dias, prorrogáveis por igual período;

II - se a impossibilidade for de natureza definitiva, proceder-se-á a nova eleição para o cargo vago;

III - na hipótese de subsistir a impossibilidade prevista nos incisos I e II, a eleição será realizada em sessão extraordinária, dentro do prazo de dez dias contados da data designada para a posse não efetivada, e a sessão de posse, no prazo de quinze dias da eleição.

Art. 23. Na vacância de cargos da administração do Tribunal, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente e este, pelo Corregedor Regional, assumindo o Vice-Corregedor Regional a Corregedoria Regional, cabendo ao desembargador mais antigo, desde que não eleito para quaisquer cargos de direção por quatro anos, ou o de Presidente, o exercício da Vice-Corregedoria Regional.

§1º O Presidente em exercício convocará sessão extraordinária do Tribunal Pleno para nova eleição dentro de dez dias contados da abertura da vaga, ocorrendo a posse do eleito nos quinze dias subsequentes.

§2º Os desembargadores eleitos para completar mandato em cargos de direção por período inferior a um ano, em decorrência de vacância superveniente à eleição de que cuida o artigo 21 deste Regimento, não ficarão impedidos para mandatos futuros.

Caput e parágrafos 1º e 2º com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

§3º *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

CAPÍTULO VI DA PRESIDÊNCIA

Seção I Disposições Gerais

Art. 24. A Presidência do Tribunal será exercida pelo Presidente com a colaboração do Vice-Presidente, no desempenho de atribuições delegadas.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 17, de 11.11.2010.

Parágrafo único. *Revogado pela Emenda Regimental nº 17, de 11.11.2010.*

Seção II Das Atribuições do Presidente

Art. 25. Compete ao Presidente:

- I - representar o Tribunal perante os poderes públicos e as autoridades;
- II - presidir e dirigir os trabalhos do Tribunal Pleno, do Órgão Especial, da Seção Especializada em Dissídios Coletivos, da Comissão de Regimento Interno e do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário, votando nos casos previstos em lei e neste Regimento;
Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.
- III - velar pelo bom funcionamento dos órgãos da Justiça do Trabalho, pela autonomia do Tribunal e pelas prerrogativas de seus magistrados;
- IV - distribuir os feitos aos magistrados do Tribunal, assinando a respectiva ata;
Incisos III e IV com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.
- V - executar e fazer executar as ordens e decisões do Tribunal, ressalvadas as atribuições do Corregedor Regional, dos Presidentes das Seções Especializadas, das Turmas e dos relatores;
- VI - expedir ordens que não dependam de acórdãos ou não sejam de competência privativa dos relatores;
- VII - despachar o expediente da Presidência do Tribunal, bem como os pedidos que, apresentados no período de recesso do Tribunal, reclamem urgência;
- VIII - decidir os pedidos de suspensão de liminar e de tutela provisória de Juízo de primeiro grau, na forma do artigo 230 deste Regimento;
Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.
- IX - decidir os incidentes processuais, enquanto os feitos aguardam autuação ou distribuição;
- X - despachar os pedidos de desistência dos recursos quando se referirem a processos aguardando autuação ou distribuição e quando manifestados após a publicação de acórdão

prolatado pelo Órgão Especial, Seções Especializadas ou Turmas;

XI- elaborar a proposta orçamentária do Tribunal e supervisionar a execução do orçamento da secretaria do Tribunal e serviços auxiliares;

XII - apresentar ao Órgão Especial, na primeira quinzena do mês de abril, Relatório de Gestão da Justiça do Trabalho da 1ª Região, no exercício anterior, e dele enviar cópia ao Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 31, de 12.12.2019.

XIII - decidir os pedidos de remoção e permuta de juízes titulares, ouvida a Corregedoria Regional para informar o estado em que se encontram os serviços das respectivas Varas do Trabalho, inclusive se os pretendentes possuem atrasos na prolação de sentenças, expedindo os respectivos atos;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

XIV - remeter ao Tribunal Superior do Trabalho, para encaminhamento à Presidência da República, as indicações do Tribunal Pleno, referentes ao preenchimento das vagas de merecimento e das de antiguidade, para escolha dos desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, bem como as listas tríplexes referentes ao quinto constitucional;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 6, de 7.3.2005.

XV - decidir as postulações de magistrados e servidores sobre assuntos de natureza administrativa;

XVI - remeter ao Tribunal Superior do Trabalho, para envio ao Congresso Nacional, após aprovação pelo Órgão Especial, projetos de lei de interesse da Justiça do Trabalho em matéria de sua competência constitucional;

XVII - praticar os atos reputados urgentes *ad referendum* do Pleno e do Órgão Especial;

XVIII - delegar ao Vice-Presidente, ao Corregedor Regional, ao Vice-Corregedor Regional ou a desembargadores da Corte atribuições que esteja impossibilitado de cumprir;

Incisos XV e XVIII com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

XIX - propor ao Órgão Especial a designação de comissões de concurso, submetendo à sua aprovação as instruções e critérios a serem adotados;

XX - prorrogar, quando conveniente, os prazos de validade dos concursos públicos destinados ao preenchimento de vagas do quadro de pessoal;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 6, de 7.3.2005.

XXI - fixar os horários de funcionamento dos órgãos da Justiça do Trabalho na Região, o início e o término do expediente normal dos seus funcionários, antecipando-o, prorrogando-o ou determinando a suspensão do expediente;

XXII - nomear, dar posse e exonerar os ocupantes dos cargos do grupo de Direção e Assessoramento Superiores, dos cargos em comissão e funções comissionadas, bem como designar seus substitutos, observada a indicação, pelo respectivo juiz titular, dentre servidores que integrem o quadro do Tribunal e satisfaçam os requisitos de competência previamente estabelecidos para o

cargo, no que se refere à nomeação dos diretores de secretaria de Vara do Trabalho;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 10, de 15.12.2005.

XXIII - designar o ordenador de despesas e o encarregado do setor financeiro e seus substitutos;

XXIV - prover, na forma da lei, os cargos do quadro de pessoal, nomeando, reintegrando, readmitindo, removendo ou promovendo servidores;

XXV - elaborar, para apreciação e votação do Órgão Especial, projeto de regulamento de secretaria e serviços auxiliares, bem como as modificações parciais que se façam necessárias;

XXVI - decidir sobre a substituição de funcionários em férias ou licença, movimentação do pessoal da secretaria do Tribunal e das Varas do Trabalho, assinando os atos de designação, lotação e remoção e os que mais forem necessários para os fins deste inciso;

XXVII - convocar magistrados vitalícios para assessorá-lo em matéria jurídica, administrativa ou especial;

XXVIII - dar posse e exercício aos funcionários, concedendo-lhes prorrogação de prazo, quando requerida;

XXIX - mandar organizar e fazer publicar as pautas de julgamento do Tribunal Pleno e do Órgão Especial;

XXX - determinar descontos nos subsídios de magistrados, quando em decorrência de lei ou sentença;

XXXI - arbitrar e conceder diárias e ajuda de custo a magistrados e a funcionários;

Incisos XXVII, XXX e XXXI com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

XXXII - promover a apuração imediata de irregularidade praticada por magistrados de segundo grau e, se for o caso, apresentar ao Tribunal Pleno a proposta de instauração de processo administrativo disciplinar, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Justiça;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

XXXIII - *Revogado pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.*

XXXIV - mandar apurar a responsabilidade de funcionários, achando-os em culpa, em autos e papéis sujeitos ao seu conhecimento;

XXXV - aplicar penalidades aos funcionários;

XXXVI - aplicar suspensão preventiva a funcionários, nos casos previstos em lei;

XXXVII - submeter ao exame do Tribunal Pleno a indicação do Corregedor Regional referente à instauração de processo disciplinar em face de magistrados de primeiro grau, na forma da regulamentação do Conselho Nacional de Justiça;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

XXXVIII - fazer publicar, mensalmente, quadro geral da produção dos desembargadores do Tribunal, com indicação dos eventuais atrasos em despachos ou acórdãos de sua competência;
Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

XXXIX - baixar provimentos e atos normativos, mandando-os registrar em livro próprio e publicar em órgão oficial, bem como fixar sistemas e critérios gerais em matéria de administração de pessoal e financeira;

XL - determinar realização de sindicância ou instauração de processos administrativos, na forma da lei, ordenando as medidas necessárias ao cumprimento de sua decisão;

XLI - remeter as peças dos processos administrativos à autoridade responsável pela instauração do procedimento penal, quando for constatada a prática de infração penal por servidor;

XLII - designar os juízes de primeiro grau que deverão exercer o encargo de diretor de foro nas seções judiciárias, bem como o respectivo vice-diretor, fixando suas atribuições;

XLIII - expedir os atos de convocação extraordinária dos juízes titulares de Vara do Trabalho e do juiz para auxílio no âmbito do Tribunal; e
Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

XLIV - cumprir e fazer cumprir este Regimento e exercer as demais atribuições de lei.

§ 1º Para fins de cumprimento do inciso XII deste artigo, será adotado o Relatório de Gestão produzido anualmente para apresentação ao Tribunal de Contas da União.

§ 2º Na hipótese de o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região não ser demandado pelo Tribunal de Contas da União a apresentar Relatório de Gestão em determinado exercício, será adotado, para efeito do inciso XII deste artigo, o modelo do mais recente Relatório de Gestão exigido

Parágrafos 1º e 2º acrescentados pela Emenda Regimental nº 31, de 12.12.2019.

Seção III Das Atribuições do Vice-Presidente

Art. 26. Compete ao Vice-Presidente:

I - substituir o Presidente em férias, ausências e impedimentos, sem poder de delegação que é privativo do Presidente;

II - cumprir delegações do Presidente;

III - participar dos julgamentos dos dissídios coletivos, na forma do artigo 5º, §3º, da Lei nº 8.531, de 15 de dezembro de 1992; e

IV - presidir a Comissão de Responsabilidade Socioambiental.

CAPÍTULO VII

DA CORREGEDORIA REGIONAL

Seção I Disposições Gerais

Art. 27. A Corregedoria Regional é exercida pelo Corregedor Regional e pelo Vice-Corregedor Regional.

Seção II Das Atribuições do Corregedor Regional

Art. 28. Compete ao Corregedor Regional:

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

- I - dirigir as atividades da Corregedoria Regional;
- II - substituir o Vice-Presidente nas suas férias, ausências e impedimentos;
- III - exercer funções de inspeção e correição permanentes ou periódicas, ordinárias ou extraordinárias, gerais ou parciais, sobre os serviços judiciários de primeiro grau do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região;
- IV - decidir reclamações contra atos atentatórios à boa ordem processual ou funcional, relativos a processos de primeiro grau, apresentadas no prazo de cinco dias, a contar da ciência do ato impugnado, nos casos em que não houver recurso legal;
- V - expedir provimentos e atos normativos para disciplinar os procedimentos a serem adotados pelas Varas do Trabalho e seus órgãos auxiliares;
- VI - prestar informações ao Tribunal Pleno sobre o prontuário dos juízes, para fins de promoção, de aplicação de penalidade ou de vitaliciamento;
Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 6, de 7.3.2005.
- VII - fazer publicar, mensalmente, quadro geral da produção dos juízes de primeira instância, com indicação do atraso de despachos ou sentenças;
- VIII - determinar a realização de providências e de sindicância, nos casos de sua competência;
- IX - indicar ao Presidente do Tribunal, dentre os servidores do quadro de pessoal, o diretor, os respectivos assistentes e demais servidores que devam compor a lotação da Secretaria da Corregedoria Regional;
- X - organizar, quando não estabelecidos em lei, os modelos dos livros obrigatórios ou facultativos aos serviços da Justiça do Trabalho;
- XI - examinar, em correição, livros, autos e papéis findos, determinando as providências cabíveis, inclusive remessa ao arquivo, depois de visá-los;

XII - dar instruções aos juízes, respondendo a consultas sobre matéria de sua competência;

XIII - decidir os pedidos de providência, exercendo vigilância sobre o funcionamento dos serviços judiciários quanto à omissão dos deveres e práticas de abusos e, especialmente, no que se refere à presença de juízes nas respectivas sedes e aos prazos de prolação de sentença, propondo ao Presidente, com adequação necessária, as sanções previstas em lei;

XIV - determinar realização de sindicância e propor, se cabível, a instauração de processos administrativos, na forma da lei, em matéria de sua competência;

XV - presidir e dirigir os trabalhos da Comissão de Vitaliciamento dos Juízes do Trabalho Substitutos;

XVI - propor ao Tribunal Pleno a instauração de processo administrativo disciplinar, em face de juízes do trabalho titulares ou substitutos; e

Incisos XV e XVI acrescentados pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

XVII - elaborar as escalas de lotação dos juízes do trabalho substitutos e férias dos juízes.

Inciso acrescentado pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

XVIII - decidir sobre os conflitos de atribuições entre magistrados de primeiro grau; e

XIX - delegar ao Vice-Corregedor Regional atribuições.

Incisos XVIII e XIX acrescentados pela Emenda Regimental nº 22, de 9.7.2015.

Art. 29. O Corregedor Regional apresentará ao Órgão Especial, na primeira quinzena do mês de março, relatório circunstanciado das atividades da Corregedoria Regional durante o ano anterior.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 12, de 30.11.2006.

Seção III Das Atribuições do Vice-Corregedor Regional

Art. 30. Compete ao Vice-Corregedor Regional:

I - substituir o Corregedor Regional nas suas férias, ausências e impedimentos; e

II - auxiliar o Corregedor Regional sempre que necessário.

CAPÍTULO VIII DA PRESIDÊNCIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Seção I Disposições Gerais

Art. 31. O Presidente do Tribunal presidirá o Tribunal Pleno e o Órgão Especial, sendo substituído nas ausências, impedimentos e suspeições, sucessivamente, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor Regional, pelo Vice-Corregedor Regional e pelo desembargador mais antigo presente à

sessão.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Parágrafo único. *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

Art. 32. A Seção Especializada em Dissídios Coletivos será presidida pelo Presidente do Tribunal, dando-se sua substituição, nas ausências, impedimentos e suspeições, sucessivamente, pelo Vice-Presidente e pelo desembargador mais antigo presente à sessão, desde que não seja Presidente de Turma.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Parágrafo único. *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

Art. 33. O Presidente da Seção Especializada em Dissídios Individuais, em casos de ausência, impedimento ou suspeição, será substituído pelo desembargador mais antigo presente à sessão, desde que não seja Presidente de Turma.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Parágrafo único. Em caso de vacância no cargo, em qualquer tempo, do mandato do titular, assumi-lo-á o desembargador mais antigo do órgão, desde que não seja Presidente de Turma, procedendo-se à eleição do novo Presidente, na forma do §1º do artigo 23 deste Regimento.

Parágrafo único acrescentado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 34. As Turmas são presididas pelo mais antigo dentre os desembargadores que as compõem, fazendo-se a substituição, em caso de ausência, impedimento ou suspeição, segundo a ordem de antiguidade.

Parágrafo único. Em caso de vacância, assumirá a Presidência da Turma o desembargador mais antigo do órgão, desde que não seja Presidente de Seção Especializada.

Caput e parágrafo único com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Seção II

Das Atribuições dos Presidentes dos Órgãos Colegiados

Art. 35. Compete aos Presidentes dos órgãos colegiados do Tribunal:

I - dirigir os trabalhos e presidir as sessões, propor e submeter as questões, apurar os votos e proclamar as decisões;

II - convocar sessões ordinárias e extraordinárias, mandando que se publique a pauta de julgamento dos feitos;

III - indicar ao Presidente do Tribunal, dentre os funcionários do quadro de pessoal, o secretário do colegiado, o respectivo assistente e os demais funcionários que devam compor sua lotação;

IV - despachar o expediente do órgão colegiado, orientar, controlar e fiscalizar as tarefas administrativas vinculadas às atribuições judiciárias previstas neste artigo, bem como a observância

dos prazos regimentais que norteiam a tramitação dos processos de competência do colegiado;

V - manter a ordem nas sessões, podendo mandar retirar os que as perturbarem ou faltarem com o devido respeito ou decoro e prender os desobedientes, fazendo lavrar o respectivo auto;

VI - requisitar às autoridades competentes a força necessária, sempre que houver perturbação da ordem;

VII - justificar a ausência dos magistrados componentes do colegiado;

VIII - apresentar ou submeter ou fazer presentes ao Corregedor Regional processos em que se verifiquem irregularidades, atrasos não justificados no andamento da lide ou descumprimento de lei expressa ou provimento;

IX - receber os feitos distribuídos para o colegiado e encaminhá-los aos seus magistrados;
Incisos VII e IX com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

X - impor penalidades aos funcionários subordinados ao colegiado, no limite de sua competência;

XI - apreciar as desistências dos recursos requeridas antes do previsto no artigo 89 deste Regimento; e

XII - declarar aberta a sessão de julgamento, adotando a ordem estabelecida no artigo 136 deste Regimento.

Art. 36. Além de presidir as sessões, apurar os votos emitidos e votar, incumbe ao Presidente da Seção Especializada em Dissídios Individuais, por delegação do Presidente do Tribunal, despachar as petições e recursos nos processos do respectivo órgão colegiado, após lavrados e publicados os acórdãos.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

CAPÍTULO IX

DAS COMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS

Capítulo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 37. Constituem Comissões Permanentes do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região:

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

I - de Regimento Interno;

II - de Jurisprudência e Gestão de Precedentes;

§1º A Comissão de Regimento Interno e o Conselho da Ordem do Mérito Judiciário são presididos pelo Presidente do Tribunal, a de Vitaliciamento de Juiz do Trabalho Substituto pelo Corregedor Regional, a de Jurisprudência e Gestão de Precedentes pelo mais antigo dentre seus membros titulares e a de Responsabilidade Socioambiental pelo Vice-Presidente do Tribunal.

Inciso II com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

Parágrafo 1º acrescentado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

III - o Conselho da Ordem do Mérito Judiciário;

IV - de Vitaliciamento de Juiz do Trabalho Substituto; e
Incisos I a IV acrescentados pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

V - de Responsabilidade Socioambiental.
Inciso acrescentado pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

§1º A Comissão de Regimento Interno e o Conselho da Ordem do Mérito Judiciário são presididos pelo Presidente do Tribunal, a de Vitaliciamento de Juiz do Trabalho Substituto pelo Corregedor Regional, a de Jurisprudência pelo mais antigo de seus integrantes e a de Responsabilidade Socioambiental pelo Vice-Presidente do Tribunal.

Parágrafo 1º com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

§2º Nas ausências dos Presidentes das Comissões, suas atribuições serão exercidas pelo mais antigo de seus integrantes.

Parágrafo 2º com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

§3º O Tribunal Pleno e o Órgão Especial poderão constituir comissões temporárias, com finalidades específicas, para atuar nas matérias incluídas em suas respectivas competências.

Parágrafo acrescentado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 38. As comissões permanentes têm suas atribuições assim definidas:

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

I - Cabe à Comissão de Regimento Interno:

a) velar pela atualização do Regimento, por meio de proposições de emendas ou atos regimentais, e emitir parecer sobre as proposições de iniciativa de desembargador, de outras comissões ou de um terço dos juízes de primeiro grau, neste caso, observada a pertinência temática;

b) responder, por escrito, no prazo de quinze dias, à consulta do Presidente, desembargador, comissão ou terço dos juízes de primeiro grau, acerca de processo administrativo que envolva matéria regimental, indicando se o parecer foi unânime ou decidido por maioria, podendo, neste caso, ser anexado o voto divergente.

Inciso I e alíneas "a" e "b" acrescentados pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Alíneas "a" e "b" com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

§1º Uma vez protocolizada a proposta de alteração de emenda ou ato regimental, deverá o Presidente do Tribunal, no prazo máximo de sessenta dias, convocar a respectiva comissão para, nos sessenta dias subsequentes, exarar parecer e encaminhar a matéria ao Tribunal Pleno.

§2º Em não sendo observados os prazos do parágrafo anterior, o Presidente do Tribunal deverá incluir a proposta para votação do Pleno, na primeira sessão que seguir.

§3º Uma vez colocada em votação a proposta de emenda ou ato regimental, fica o Pleno autorizado a efetuar as modificações que entender cabíveis, no dia da votação, hipótese em que

retornará à Comissão de Regimento Interno para análise da adequação e sistematização, observando-se os prazos do parágrafo primeiro.

Parágrafos 1º a 3º acrescentados pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

II - Cabe à Comissão de Jurisprudência e Gestão de Precedentes:

a) sistematizar a jurisprudência do Tribunal, determinando medidas atinentes à seleção e ao registro de julgados e processos, de modo a facilitar a pesquisa;

b) receber e analisar propostas de edição, alteração ou cancelamento de súmula; e

c) acompanhar a evolução da jurisprudência do Tribunal, elaborando projetos de edição ou alteração das súmulas da jurisprudência dominante e precedentes normativos, bem como de revisão, cancelamento ou modulação dos efeitos das súmulas, teses jurídicas preponderantes ou precedentes normativos, que, devidamente instruídos, serão encaminhados ao Presidente, para submissão ao Pleno;

Inciso II e alínea “c” com redações dadas pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

d) emitir pareceres nos precedentes internos obrigatórios da jurisprudência: incidente de resolução de demandas repetitivas - IRDR e incidente de assunção de competência - IAC; e

e) exercer a supervisão do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP, cujas atribuições serão definidas em resolução administrativa.

Alíneas “d” e “e” acrescentadas pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

III - Cabe ao Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região indicar os que devem ser agraciados, aí compreendidos:

a) juslaboralistas eminentes e outras personalidades nacionais e estrangeiras que se destacaram por suas atividades em prol da Justiça do Trabalho ou prestaram relevantes serviços à cultura jurídica e à Justiça do Trabalho, em especial ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região;

b) servidores públicos que, por seus méritos, tornaram-se alvo desta distinção;

c) as instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, e as suas bandeiras também poderão ser agraciadas com as insígnias da Ordem do Mérito Judiciário, considerados os requisitos mencionados;

d) as propostas apresentadas por desembargadores para concessão da comenda deverão ser acompanhadas da indicação, ainda que sumária, da atuação da pessoa ou instituição indicada em prol do direito do trabalho ou da Justiça do Trabalho da 1ª Região.

Inciso III e alíneas “a” a “d” acrescentados pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

IV - Cabe à Comissão de Vitaliciamento de Juiz do Trabalho Substituto avaliar o desempenho, sob a ótica judicante, acadêmica e disciplinar, dos juízes substitutos durante o biênio do estágio probatório.

Inciso acrescentado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

V - Cabe à Comissão de Responsabilidade Socioambiental:

a) administrar as ações já iniciadas e elaborar projetos desenvolvendo ações de responsabilidade socioambiental no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, adequados à sua realidade e de acordo com as possibilidades da instituição;

b) planejar o desdobramento dos projetos em ações e atribuições para as diversas unidades administrativas do Tribunal;

c) propor convênios e parcerias que contribuam para o desenvolvimento dos projetos; e

d) planejar, elaborar e acompanhar medidas, com fixação de metas anuais, visando à correta preservação e recuperação do meio ambiente e do bem estar social.

Inciso V e alíneas “a” a “d” acrescentados pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

Art. 39. A composição e o funcionamento das comissões permanentes observarão o disposto neste Regimento e nas Resoluções Administrativas que as disciplinam.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

CAPÍTULO X DOS MAGISTRADOS

Seção I Disposições Gerais

Art. 40. No ato da posse, o magistrado obrigar-se-á, por compromisso formal, lido de pé e em voz alta, em sessão do Órgão Especial, a bem cumprir os deveres do cargo, em conformidade com a Constituição e as leis da República, sendo lavrado o competente termo, assinado pelo desembargador Presidente, pelo empossado e pelo Secretário do Tribunal.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

Parágrafo único. O prazo para a posse e o exercício poderá ser prorrogado por ato do Presidente do Tribunal, na forma da lei.

Parágrafo único com redação dada pela Emenda Regimental nº 13, de 30.11.2006.

Art. 41. No período correspondente ao recesso judiciário, o magistrado nomeado poderá tomar posse perante o Presidente do Tribunal, ratificado o ato, posteriormente, pelo Órgão Especial.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 13, de 30.11.2006.

Seção II Dos Magistrados

Art. 42. Os magistrados têm as prerrogativas, garantias, direitos e incompatibilidades inerentes ao exercício da magistratura, só podendo ser privados de seus cargos em virtude de sentença judicial, nos termos da Constituição federal e da lei.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

§1º *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

§2º *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

§3º *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

§4º *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

§5º *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

§6º *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

§7º *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

Art. 43. Os magistrados estão obrigados a usar nas sessões as vestes correspondentes ao modelo aprovado.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

Art. 44. A antiguidade dos magistrados, para efeitos legais e regimentais, será apurada, sucessivamente:

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

- a) pela posse;
- b) pelo efetivo exercício na classe;
- c) pelo efetivo exercício na classe anterior;
- d) pelo tempo de serviço na magistratura de carreira;
- e) pelo tempo de serviço prestado à Justiça do Trabalho;
- f) pelo tempo de serviço público federal; e
- g) pela idade, quando houver empate pelos demais critérios.

Art. 45. O magistrado que deixar o cargo conservará o título e as honras a ele inerentes.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

Seção III Do Relator

Art. 46. Compete ao Relator:

I - dirigir e ordenar o processo no tribunal, inclusive em relação à produção de prova, bem como, quando for o caso, homologar autocomposição das partes;

II - apreciar o pedido de tutela provisória nos recursos e nos processos de competência originária do tribunal;

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

IV - decidir o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, quando este for instaurado originariamente perante o tribunal;

V - determinar a intimação do Ministério Público, quando for o caso;

VI - promover, mediante despacho nos autos, a realização das diligências julgadas necessárias à perfeita instrução dos processos, fixando prazo para o seu cumprimento;

VII - processar, quando levantados pelos litigantes, os incidentes de falsidade e as arguições de suspeição e de impedimento;

VIII - despachar as desistências dos recursos que lhe tiverem sido distribuídos, salvo quando manifestadas após a publicação do respectivo acórdão;

IX - elaborar o voto no prazo de até 90 (noventa) dias úteis, apondo seu visto e devolvendo os autos à secretaria do colegiado competente;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 31, de 12.12.2019.

X - lavrar os acórdãos referentes aos processos nos quais seu voto tenha prevalecido;

Incisos I a X com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

XI - requisitar autos originais, quando necessário;

XII - delegar atribuições às autoridades judiciárias de instância inferior, nos casos previstos em lei ou neste Regimento;

XIII - submeter ao órgão julgador questão de ordem para o bom andamento dos processos;

e

XIV - determinar a juntada de petições enquanto vinculado ao processo.

Incisos XI a XIV acrescentados pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

Parágrafo único. O prazo previsto no inciso IX deste artigo não se aplica a:

a) recurso ordinário em processos sob o rito sumaríssimo, cujo prazo é de 20 (vinte) dias úteis;

b) recurso ordinário em processo com preferência legal, agravo de instrumento e agravo de petição, cujos prazos são de 60 (sessenta) dias úteis; e

c) embargos de declaração, cujo prazo é de 30 (trinta) dias úteis.

Parágrafo único com reação dada pela Emenda Regimental nº 31, de 12.12.2019.

Seção IV Do Revisor

Art. 47. Compete ao Revisor:

I - sugerir ao relator medidas ordenatórias do processo que tenham sido omitidas;

II - preparar o voto no prazo de até quinze dias, apondo seu visto e devolvendo os autos à secretaria do colegiado competente; e

III - confirmar, completar ou retificar o relatório.

§1º Só haverá revisor quando a lei assim dispuser.

Parágrafo 1º com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

§2º *Revogado pela Emenda Regimental nº 20, de 13.06.2013.*

Seção V Do Redator Designado

Art. 48. No caso de ser vencido o relator, redigirá o acórdão o magistrado que primeiro divergir, sustentando a tese vencedora.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

CAPÍTULO XI DAS REMOÇÕES, PERMUTAS, PROMOÇÕES, ACESSOS E DESIGNAÇÕES

Capítulo com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

Art. 49. Para efeito de composição das Seções Especializadas e das Turmas, será observada a preferência manifestada pelo desembargador, respeitada a ordem de antiguidade, nos quinze dias subsequentes à publicação da notícia da vaga.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

§1º O mesmo procedimento será observado na remoção de juiz da Vara do Trabalho da qual é titular para outra, cuja titularidade esteja vaga, considerado que a remoção precede a promoção e o provimento inicial, tendo preferência o mais antigo, na ocorrência de mais de um interessado.

§2º Decorrido o prazo de quinze dias, após a publicação da notícia da vaga, para manifestação das preferências de que trata o §1º, sem que tenha sido protocolizado qualquer pedido, a vaga será preenchida por meio de promoção.

§3º O juiz removido permanecerá pelo prazo mínimo de seis meses na nova Vara do Trabalho, somente podendo apresentar novo pedido, de remoção ou permuta, após este prazo.

Parágrafos 1º a 3º acrescentados pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

§4º A remoção do juiz titular somente será deferida com prévia manifestação da Corregedoria Regional, de que está em dia com os serviços da respectiva Vara do Trabalho e sem sentenças em atraso, nos 12 (doze) meses de efetivo exercício jurisdicional anteriores à data da vacância da Vara do Trabalho para a qual pretende ser removido, vedado, na apuração dos fatos, o efeito *ex tunc*.

Parágrafo 4º com redação dada pela Emenda Regimental nº 26, de 31.8.2017.

Art. 50. Havendo vaga para juiz substituto, antes da abertura de concurso, o Presidente do Tribunal fará publicar edital, no Diário Oficial da União, com prazo de trinta dias, para possibilitar que, neste prazo, sejam apresentados pedidos de remoção pelos juízes substitutos de outras Regiões.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

Parágrafo único. Os pedidos de remoção de que trata este artigo serão submetidos ao Órgão Especial e deverão observar os termos das Resoluções do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único acrescentado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 51. Os desembargadores e os juízes titulares de Vara do Trabalho, sem prejuízo da vinculação aos processos que lhes tenham sido distribuídos e os pendentes de despacho ou sentença, poderão permutar com outro desembargador ou juiz, observadas as seguintes condições:

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

I - pedido escrito, conjunto, formulado pelos interessados e dirigido ao Presidente do Tribunal, com comprovação de que os serviços de seus gabinetes ou Varas do Trabalho estão em dia;

II - publicação do pedido no Diário Oficial, correndo, de então, o prazo de quinze dias, dentro do qual outro magistrado mais antigo pode manifestar sua preferência;

III - a permuta será assegurada ao magistrado mais antigo, desde que requerida tempestivamente, e observado o disposto no inciso I deste artigo;

IV - a permuta de desembargadores restringir-se-á à Turma ou à Seção Especializada;

V - os Presidentes de Turma só poderão permutar após renunciarem ao cargo e desde que outro desembargador, integrante da Turma, aceite a Presidência; e

VI - Os juízes titulares somente poderão permutar caso estejam com os serviços em dia nas respectivas Varas do Trabalho (inc. I deste artigo), inclusive sem sentenças em atraso, e após ouvida a Corregedoria Regional.

Incisos I a VI acrescentados pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 52. No preenchimento das vagas para promoção de juízes substitutos e para o acesso de juízes titulares, serão observados, alternadamente, os critérios de antiguidade e merecimento.

§1º Quando da convocação do Tribunal Pleno, o Presidente apresentará aos demais desembargadores as informações do Corregedor Regional e do Diretor da Escola Judicial a respeito dos juízes concorrentes à promoção, referentes aos temas do artigo 93, inciso II, alínea “c”, da Constituição Federal.

§2º Na promoção e no acesso por merecimento, o Tribunal Pleno organizará lista tríplice, nela incluídos aqueles que, em três votações sucessivas, reunirem maioria absoluta de votos.

Caput e parágrafo 1º com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Parágrafo 2º com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

§3º Na hipótese de haver mais de uma vaga a ser preenchida pelo critério de merecimento,

a lista conterà o número de juízes igual ao das vagas mais dois.

§4º Em caso de empate, será realizada nova votação, adotando-se, caso persista, o critério de antiguidade para o desempate.

Parágrafos 3º e 4º acrescentados pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 53. No preenchimento da vaga de antiguidade, o voto será secreto, admitida a recusa do juiz mais antigo apenas pelo voto fundamentado de dois terços do Tribunal Pleno.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Parágrafo único. A fundamentação da recusa será consignada na cédula de votação, de preenchimento obrigatório, sob pena de nulidade do voto.

Parágrafo único acrescentado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 54. Em caso de recusa, os motivos apresentados na sessão serão registrados em ata.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

§1º Pelo Presidente do Tribunal será dada ciência da motivação, ao juiz, da recusa de sua promoção, assegurando-se-lhe o prazo de dez dias para a defesa.

§2º Findo o prazo, sem defesa, o Tribunal reiniciará a votação a partir do juiz seguinte da lista.

§3º Oferecida defesa, o Presidente do Tribunal determinará a autuação de processo administrativo e procederá ao sorteio de relator para instrução.

§4º Confirmada a recusa, pelo voto de dois terços de seus membros, o Tribunal Pleno prosseguirá na forma do §2º deste artigo.

Parágrafos 1º a 4º acrescentados pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 54-A. Compete ao Corregedor Regional proceder à designação dos Juízes do Trabalho Substitutos para funcionarem em auxílio ou em substituição.

§1º O critério para designação deverá observar a escolha do Juiz do Trabalho Substituto, conforme sua antiguidade no cargo.

§2º A Corregedoria disponibilizará, mensalmente, com antecedência de no mínimo 15 (quinze) dias úteis, as designações dos Juízes do Trabalho Substitutos, observada a ordem de preferência de cada um.

§3º Compete ao Juiz do Trabalho Substituto e ao Juiz Titular de Vara do Trabalho, após ciência da designação, oferecer impugnação fundamentada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, garantido, se for o caso, o contraditório, seguida de decisão do Corregedor, em igual prazo.

§4º Às lotações emergenciais não se aplicam os parágrafos anteriores, até a nova designação de que trata o § 2º.

Artigo 54-A acrescentado pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

CAPÍTULO XII

DAS FÉRIAS, LICENÇAS, AFASTAMENTOS E APOSENTADORIA

Seção I Das Férias

Art. 55. Os magistrados gozarão férias individuais de sessenta dias por ano, que poderão ser fracionadas em dois períodos de trinta dias.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

§1º O direito a férias será adquirido após o primeiro ano de efetivo exercício.

§2º O primeiro exercício de férias corresponde ao ano em que o período aquisitivo for completado; os exercícios subsequentes serão considerados de acordo com o ano civil correspondente.

§3º Não será deferido o gozo de férias adquiridas e não fruídas em outros órgãos, cujo direito não tenha sido reconhecido nesta Corte.

Parágrafos 1º a 3º acrescentados pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 56. É vedado o acúmulo de férias, salvo por necessidade imperiosa de serviço e pelo prazo máximo de dois meses.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 57. Não poderão gozar férias simultaneamente:

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

I - o Presidente e o Vice-Presidente;

II - o Corregedor Regional e o Vice-Corregedor Regional; e

III - desembargadores em número que possa comprometer o *quorum* de julgamento de quaisquer dos órgãos judicantes.

Incisos I a III acrescentados pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 58. As escalas de férias dos desembargadores e juízes serão organizadas pela Presidência e pela Corregedoria Regional, respectivamente, a cada semestre, e divulgadas até os dias 30 de abril e 30 de outubro de cada ano, válidas, respectivamente, para os períodos de gozo de 1º de agosto do respectivo ano a 31 de janeiro do ano subsequente e 1º de fevereiro a 31 de julho do ano subsequente.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 21, de 4.12.2014.

§1º As férias deverão ser requeridas com antecedência mínima de trinta dias, contados da data de divulgação da escala, na forma do *caput*.

§2º Para que o atendimento dos pedidos não inviabilize o *quorum* de Turmas, Seções Especializadas, Órgão Especial e Tribunal Pleno, será dada preferência, sucessivamente, aos desembargadores que tenham maior número de períodos acumulados, aos que, há mais tempo, não as tenham gozado na época pretendida e aos mais antigos.

§3º O deferimento dos requerimentos de férias não formulados no prazo estipulado no *caput* observará o disposto no artigo 57 e no §2º deste artigo.

§4º Não sendo viável atender à preferência pessoal do magistrado ou na ausência de requerimento deste para a concessão de férias, o período deverá ser designado pela administração do Tribunal.

§5º Por imperiosa necessidade de serviço, poderão ser suspensas as férias já deferidas.

§6º O afastamento do magistrado para estudo ou para exercício de cargo em órgão de representação da magistratura abrangerá, necessariamente, as férias do respectivo período, sem prejuízo do acréscimo constitucional, a ser requerido nos períodos mencionados no *caput*.

Parágrafos 1º a 6º acrescentados pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 59. As férias de juízes convocados para suprir vaga de desembargador pendente de preenchimento serão concedidas pelo Órgão Especial, observado o disposto no inciso III do artigo 57.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 60. No curso de suas férias, o desembargador só poderá votar e proferir decisões em processos que, antes, tenham-lhe sido distribuídos e hajam recebido o seu visto, facultada sua participação nas sessões solenes e nas do Tribunal Pleno para eleição da administração do Tribunal, para indicação de juízes de primeiro grau para promoção e acesso, para formação de lista triplíce de indicados para as vagas do quinto constitucional e, ainda, nas que versem sobre emendas ao Regimento Interno, processos administrativos disciplinares envolvendo magistrados, arguições de inconstitucionalidade, julgamento de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidentes de Assunção de Competência, bem como propostas de edição, alteração ou cancelamento de súmulas.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 28, de 5.4.2018.

Seção II **Das Licenças e Afastamentos**

Art. 61. Conceder-se-á licença:

I - para tratamento de saúde;

II - por motivo de doença em pessoa da família;

III - para repouso à gestante.

Parágrafo único. Não se concederá, no Tribunal, gozo de licença de qualquer natureza acaso adquirida em outro órgão e não fruída cujo direito não seja igualmente reconhecido nesta Corte.

Art. 62. A licença para tratamento de saúde por prazo superior a trinta dias bem assim as prorrogações que importam em licença por período ininterrupto, também superior a trinta dias, dependem de inspeção por junta médica.

Art. 63. O magistrado licenciado não pode exercer qualquer das suas funções jurisdicionais ou administrativas, nem exercer qualquer função pública ou particular.

Parágrafo único. Não havendo contraindicação médica, o magistrado licenciado por período inferior a trinta dias poderá votar e proferir decisões em processos que, antes da licença, lhe tenham sido conclusos e hajam recebido o seu visto como relator ou revisor.

Caput e parágrafo único com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

Art. 64. Sem prejuízo dos subsídios ou qualquer direito ou vantagem legal, o magistrado poderá afastar-se de suas funções, por até oito dias consecutivos, por motivo de:

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

I - casamento; e

II - falecimento de cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

Art. 65. Conceder-se-á licença para afastamento do magistrado da atividade judicante, sem prejuízo de seus direitos, subsídios e vantagens:

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

I - para frequência a cursos de aperfeiçoamento e estudos, na forma da regulamentação desta Corte, cabendo ao Órgão Especial examinar o pedido de afastamento, após ouvida a Corregedoria Regional, quando for o caso;

II - para exercer a Presidência de associação de classe.

Art. 66. As licenças concedidas aos desembargadores das sessões dos órgãos jurisdicionais do Tribunal e os seus afastamentos autorizados, nos termos deste Regimento, deverão ser de imediato comunicados à respectiva Presidência e às Secretarias para os procedimentos cabíveis.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

Seção III Da Aposentadoria

Art. 67. A aposentadoria dos magistrados, compulsória ou por tempo de serviço, observará as disposições legais específicas.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

Art. 68. Na aposentadoria por invalidez, o processo respectivo terá início:

a) a requerimento do magistrado;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

b) por ato de ofício do Presidente do Tribunal; ou

c) em cumprimento à deliberação do Tribunal.

Art. 69. O magistrado que, no curso ou durante dois anos consecutivos, afastar-se, ao todo, por seis meses ou mais para tratamento de saúde deverá submeter-se, ao requerer nova licença para igual fim, dentro de dois anos, a exame por junta médica para verificação de invalidez, na Divisão de Saúde do Tribunal.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

Art. 70. Tratando-se de incapacidade mental, o Presidente do Tribunal nomeará curador ao paciente, sem prejuízo da defesa que este queira oferecer pessoalmente ou por procurador que constituir.

Art. 71. O paciente, na hipótese do artigo anterior, deverá ser afastado, desde logo, do exercício do cargo até a decisão final da junta médica, justificadas as suas ausências no período, devendo ser concluído o processo no prazo de sessenta dias.

Art. 72. A junta médica competente para proceder ao exame a que se referem os artigos 69 e 70 deste Regimento é a que o Tribunal Pleno constituir, devendo contar com três médicos, sendo dois, no mínimo, do quadro do Tribunal.

§1º Na hipótese de não contar o Tribunal, na ocasião, com dois médicos em exercício, o Presidente, *ad referendum* do Tribunal Pleno, providenciará a indicação de médicos estranhos ao quadro para integrarem a junta.

Caput e parágrafo 1º com redação dada pela Emenda Regimental nº 6, de 7.3.2005.

§2º Poderá ser nomeado médico assistente da junta médica aquele que o paciente ou sua família indicar.

§3º A recusa do paciente a submeter-se à perícia médica permitirá o julgamento baseado em quaisquer outras provas.

Art. 73. O Tribunal Pleno, ou o Presidente, *ad referendum* daquele, poderá determinar que a junta médica se desloque para o local onde se encontra o magistrado impossibilitado de comparecer à sede do Tribunal.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 6, de 7.3.2005.

Art. 74. Se o Tribunal Pleno concluir pela incapacidade do magistrado, comunicará imediatamente a decisão ao Poder Executivo para os devidos fins.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 6, de 7.3.2005.

Seção IV

Da Disponibilidade e da Aposentadoria por Interesse Público

Art. 75. O Tribunal Pleno poderá determinar, por motivo de interesse público, em sessão e votação públicas, e pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, a disponibilidade ou a aposentadoria de magistrado em processo no qual lhe tenha sido assegurada a ampla defesa.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 18, de 9.12.2010.

CAPÍTULO XIII

DAS SUBSTITUIÇÕES E CONVOCAÇÕES

Art. 76. Nos afastamentos eventuais, inclusive por gozo de férias, os integrantes da administração do Tribunal serão substituídos na forma do artigo 23 deste Regimento.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 77. Em caso de afastamento de desembargador, integrante de qualquer das seções especializadas, definitivamente ou por prazo superior a trinta dias, a vaga será preenchida por desembargador na ordem inversa de antiguidade, em caráter definitivo ou provisório, salvo se inexistir magistrado de segundo grau, caso em que será convocado juiz de primeira instância.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

Art. 78. A convocação de que trata o artigo anterior se dará, por ato do Presidente, dentro da relação composta pela primeira quinta parte da lista de antiguidade dos juízes titulares das Varas do Trabalho, por critérios alternados de antiguidade e merecimento, cabendo a escolha do convocado à maioria absoluta do Órgão Especial, admitida a recusa pelo indicado.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

§ 1º Não poderá ser considerado para convocação o juiz titular que se inserir em alguma das seguintes hipóteses:

I - possuir sentenças em atraso nas estatísticas divulgadas pela Corregedoria Regional relativas aos três meses anteriores à data de realização da sessão do Órgão Especial;

II - houver sido punido pelo Tribunal Pleno nos doze meses anteriores à data de realização da sessão do Órgão Especial.

§ 2º Havendo mais de uma convocação concomitante, cessada a causa que deu efeito à convocação de um juiz titular, será feita a desconvoação do magistrado mais moderno, autorizando-se, por ato do Presidente, o remanejamento.

§ 3º Ressalvadas as hipóteses de cessação da causa que deu origem à convocação, a desconvoação de juiz titular caberá à maioria absoluta do Órgão Especial.

Parágrafos 1º a 3º acrescentados pela Emenda Regimental nº 17, de 11.11.2010.

§4º Em caso de empate, será realizada nova votação, adotando-se, caso persista, o critério de antiguidade para o desempate.

§5º Os critérios para aferição do merecimento serão os utilizados para promoção de juízes e acesso aos tribunais de segundo grau.

Parágrafos 4º e 5º acrescentados pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

Art. 79. O juiz convocado não participará das deliberações administrativas no âmbito das Turmas e Seções Especializadas.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Parágrafo único. Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

CAPÍTULO XIV DA POLÍCIA DO TRIBUNAL

Art. 80. O Presidente, no exercício das atribuições referentes à Polícia do Tribunal, determinará as providências necessárias ao resguardo da disciplina, da ordem e da integridade pessoal nas dependências da Corte.

Parágrafo único. No desempenho dessa atribuição, o Presidente poderá requisitar, quando necessário, o auxílio de outras autoridades.

Art. 81. Ocorrendo infração à lei penal em dependências do Tribunal, o Presidente poderá instaurar inquérito sempre que os fatos envolverem autoridade ou pessoas sujeitas à sua jurisdição, podendo delegar a presidência da comissão a magistrado.

Parágrafo único. Nos demais casos, o Presidente dará ciência do ocorrido à autoridade competente.

CAPÍTULO XV DA REPRESENTAÇÃO POR DESOBEDIÊNCIA OU DESACATO

Art. 82. Sempre que tiver conhecimento de desobediência à ordem emanada do Tribunal ou de seus magistrados no exercício da função ou de desacato ao Tribunal ou a seus magistrados, o Presidente comunicará o fato ao Ministério Público, fornecendo-lhe os elementos de que dispuser para a propositura da ação penal.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

TÍTULO II DA ESCOLA JUDICIAL

Título com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 83. A organização da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região será definida por Resolução Administrativa, aprovada pelo Órgão Especial.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 17, de 11.11.2010.

Parágrafo único. Compete à Escola Judicial a realização, a cada ano, do Fórum Gestão Judiciária, atividade formativa oficial dos magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

Parágrafo único com redação dada pela Emenda Regimental nº 21, de 4.12.2014.

TÍTULO III DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Art. 84. Nas sessões dos órgãos colegiados deste Tribunal atua o Ministério Público do Trabalho, na forma da lei.

Art. 85. Ao Ministério Público do Trabalho serão remetidos processos para parecer, nas seguintes hipóteses:

I - obrigatoriamente, quando for parte pessoa jurídica de direito público, Estado estrangeiro ou organismo internacional;

II - facultativamente, por iniciativa do relator, ao receber os autos a ele distribuídos e nos

quais aquele órgão deva manifestar-se;

III - por iniciativa do Ministério Público do Trabalho, quando entender existente interesse público que justifique a sua intervenção;

IV - por determinação legal, os mandados de segurança em grau originário, os *habeas corpus*, os conflitos de competência, as ações rescisórias, os dissídios coletivos originários, caso não exarado parecer na instrução, e aqueles em que forem parte os incapazes e menores, na conformidade da legislação específica.

PARTE II DO PROCESSO

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I DA CLASSIFICAÇÃO

Capítulo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 86. Os processos, no Tribunal, serão distribuídos por classes, tendo cada um designação distinta e numeração contínua.

§1º Os processos de competência originária do primeiro grau de jurisdição manterão, no Tribunal, a numeração que lhes foi atribuída quando de seu ajuizamento.

§2º As classes processuais de que trata o *caput* serão as estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Caput e parágrafos com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

CAPÍTULO II DA DISTRIBUIÇÃO

Capítulo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 87. Não participará da distribuição de processos:

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 25, de 9.6.2016.

I - o ocupante de cargo de direção, ou aquele que o estiver exercendo, nos feitos do Órgão Especial, Seções Especializadas e Turmas;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 25, de 9.6.2016.

II - o eleito para compor a direção do Tribunal, nos sessenta dias anteriores à posse;

III - o desembargador, nos sessenta dias que antecederem sua aposentadoria compulsória ou a partir da data da remessa do seu requerimento ao Tribunal Superior do Trabalho;

IV - o desembargador, no curso de férias, licenças médicas e nos dias de folga compensatória referente ao plantão judicial; e

V - o desembargador que integrar banca de concurso para juiz substituto deste Tribunal, durante a elaboração e correção das respectivas provas.

Incisos II a V com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

§1º O Presidente da Seção Especializada em Dissídios Individuais não participará da distribuição dos processos das Subseções.

§2º O deferimento de afastamento de magistrado responsável por comissão de sindicância, que exija dedicação integral, será submetido ao Órgão Especial.

Parágrafos 1º e 2º acrescentados pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 88. A distribuição será diária e automática, mediante sorteio eletrônico.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

§ 1º Em caso de impedimento ou suspeição o processo será redistribuído, mediante compensação, entre os integrantes do mesmo órgão julgador colegiado.

Parágrafo 1º com redação dada pela Emenda Regimental nº 22, de 9.7.2015.

§2º Serão compensados, nos processos distribuídos nas Turmas, os que tiverem sido recebidos na distribuição no Órgão Especial, no Tribunal Pleno e nas Seções Especializadas, salvo os agravos de instrumento, os agravos regimentais, os processos incidentes e os embargos de declaração.

Parágrafo 2º acrescentado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 89. Os mandados de segurança, os *habeas corpus* e as tutelas provisórias serão distribuídos no mesmo ato em que despachada sua petição inicial e, no prazo de vinte e quatro horas, remetidos ao relator.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

Art. 90. Os autos dos demais processos, uma vez distribuídos, serão remetidos, em setenta e duas horas, à conclusão do relator e, quando devolvidos, em igual prazo ao revisor, se houver.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 91. Os processos, uma vez distribuídos, permanecem vinculados aos relatores, independentemente de posse em órgão de direção, de reformulação da estrutura, de composição ou de mudança de órgão colegiado e de aposição de visto.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Parágrafo único. Os processos distribuídos aos juízes convocados, pendentes de julgamento, serão julgados em uma só sessão, nos sessenta dias subsequentes ao término da convocação.

Parágrafo único acrescentado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 92. Serão distribuídos ao mesmo órgão colegiado e ao mesmo relator ou, se for o caso, ao redator designado:

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 16, de 11.11.2010.

I - o processo já submetido ao Tribunal, ao retornar para novo exame, ainda que na fase de execução;

II - o recurso de qualquer interessado que se seguir à análise de agravo de instrumento.
Incisos I e II com redação dada pela Emenda Regimental nº 22, de 9.7.2015.

III - o processo vinculado às tutelas provisórias;
Inciso III com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

IV - o processo pendente de admissibilidade de recurso de revista que retorna ao órgão colegiado para novo exame, na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Tribunal Superior do Trabalho sobre a matéria, em julgamento de incidente de recurso de revista repetitivo - IRRR.

Inciso IV acrescentado pela Emenda Regimental nº 30, de 16.8.2018.

§ 1º *Revogado pela Emenda Regimental nº 22, de 9.7.2015.*

§ 2º *Revogado pela Emenda Regimental nº 22, de 9.7.2015.*

Parágrafo único. Afastado definitivamente do órgão colegiado o relator ou redator designado, o processo a que se refere este artigo será distribuído entre os integrantes do respectivo órgão.

Parágrafo único acrescentado pela Emenda Regimental nº 22, de 9.7.2015.

Art. 93. No caso das licenças e afastamentos do relator previstos na Seção II do Capítulo XII do Título I da Parte I deste Regimento Interno:

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 15, de 24.6.2010.

I - por período igual ou superior a três dias, serão redistribuídos entre os demais integrantes do órgão judicante, mediante oportuna compensação, os *habeas corpus*, os mandados de segurança e os feitos que, consoante fundada alegação do interessado dirigida ao Presidente do Tribunal, reclamem solução urgente;

II - por período superior a trinta dias, os processos de competência das Seções Especializadas e das Turmas serão redistribuídos ao magistrado convocado. Finda a convocação, os feitos redistribuídos ao juiz convocado, e ainda sem visto, voltarão conclusos ao desembargador.

Incisos I e II acrescentados pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Inciso II com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

Art. 94. Será observado, com relação aos processos distribuídos a desembargador afastado definitivamente do Tribunal, o disposto na primeira parte do inciso II do artigo 93 deste Regimento.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

Art. 95. Nas redistribuições expressamente previstas neste Regimento e determinadas pelo Presidente do Tribunal, serão observadas a publicidade e a compensação.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 15, de 24.6.2010.

Art. 96. Não haverá impedimento do relator da decisão rescindenda para participar do julgamento da ação rescisória.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 97. Os agravos regimentais interpostos contra despacho do relator, na hipótese de seu afastamento temporário ou definitivo, serão conclusos, conforme o caso, ao magistrado que o estiver substituindo ou ao nomeado para ocupar a vaga.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

Art. 98. Havendo pedido de liminar ou de providência acautelatória não apreciado e certificado nos autos, pelo gabinete do relator, que ele se encontra em gozo de férias ou licença, os autos serão submetidos ao desembargador que seguir o relator na antiguidade no respectivo órgão colegiado.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 99. Ressalvadas as hipóteses do artigo 92 deste Regimento, os embargos de declaração serão conclusos ao relator sorteado ou ao redator designado, ainda que tenha atuado como integrante convocado ou tenha sido removido para outro órgão colegiado. Se afastado temporariamente, por período superior a trinta dias, ou definitivamente do Tribunal, o processo será encaminhado ao primeiro magistrado que o acompanhou no voto.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

CAPÍTULO III DOS PRAZOS

Art. 100. Os prazos serão regulados pela legislação trabalhista e, subsidiariamente, pelas normas processuais comuns.

Art. 101. O prazo para interposição de recurso em matéria administrativa é de trinta dias.

Art. 102. O prazo para interposição de agravo regimental, regulado neste Regimento, é de oito dias.

CAPÍTULO IV DAS PAUTAS

Art. 103. Os processos que aguardam julgamento serão incluídos em pauta, observada a data de sua devolução à secretaria para este fim.

Parágrafo único. A ordenação dos processos na pauta obedecerá à numeração correspondente a cada classe.

Art. 104. Dar-se-á preferência na inclusão em pauta aos processos ou ações:

I - que exijam, pela sua natureza, tramitação urgente;

II - nos quais o relator ou o revisor venha a se afastar temporária ou definitivamente do Tribunal;

III - nos quais o relator ou o revisor esteja em vias de deixar ou já tenha deixado de integrar o colegiado competente para o julgamento do feito;

IV - nos quais haja requerimento da parte, devidamente justificado, deferido pelo relator; e

V - onde haja parte com idade superior a sessenta e cinco anos ou pacientes portadores de doenças graves, devidamente comprovadas.

Art. 105. Nenhum processo poderá ser incluído em pauta sem que dele conste o visto do relator e o do revisor, se houver.

Art. 106. *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

Art. 107. A pauta de julgamento será publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data da sessão.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 30, de 16.8.2018.

Parágrafo único. É dispensada a publicação, para inclusão em pauta, do *habeas corpus*, homologação de acordo, conflitos de competência, processos de aplicação de penalidades, assuntos de interesse da Justiça do Trabalho, agravos de instrumento, embargos de declaração e agravos regimentais.

Art. 108. Os processos que não tiverem sido julgados na sessão permanecerão em pauta, independentemente de nova publicação, com preferência sobre os demais.

Art. 109. A organização das pautas dos órgãos judicantes do Tribunal compete aos respectivos Presidentes.

CAPÍTULO V DAS DECISÕES E SUA PUBLICAÇÃO

Art. 110. As decisões proclamadas nas sessões serão certificadas nos autos pelo secretário do órgão julgador, devendo constar da certidão:

I - o órgão julgador;

II - a identificação e o número do processo;

III - a data de realização da sessão;

IV - o nome do desembargador que presidiu a sessão de julgamento;

V - o nome do membro do Ministério Público do Trabalho presente à sessão;

VI - o nome dos magistrados que participaram do julgamento, consignadas as condições de relator, revisor, se houver, e, se for o caso, do magistrado impedido ou suspeito e do juiz convocado;

VII - o nome das partes e o dos advogados que usaram da palavra;

VIII - a suspensão do julgamento em virtude de adiamento para reexame da matéria pelo relator ou pelo revisor; por pedido de vista regimental ou formulado pelo Ministério Público do Trabalho; por motivo relevante ou por conversão do julgamento em diligência, com registro dos votos já proferidos e designação da data para o seu prosseguimento;

IX - quando se tratar de sessão de Turma, a suspensão do julgamento em razão da ocorrência de empate na votação, com registro dos votos já proferidos e designação da data para o seu prosseguimento;

X - a conclusão do julgamento com a indicação dos votos vencidos e vencedores; e

XI - a designação do magistrado redator do acórdão, na hipótese de não prevalecer o voto do relator do feito.

Incisos IV, VI e XI com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

Art. 111. Redigirá o acórdão o relator. Se vencido, o revisor, quando houver; vencidos ambos, o magistrado que primeiro tenha votado nos termos da conclusão vencedora.

§1º Na decisão em que houver desempate, se este não versar sobre toda a matéria submetida ao colegiado, caberá ao relator ou ao revisor lavrar o acórdão; se vencidos ambos, ao magistrado cujo voto tenha prevalecido no julgamento.

§2º O relator vencido fornecerá o relatório feito em sessão ao magistrado que for designado para a redação do acórdão.

§3º Facultado ao magistrado, que assim o desejar, requerer na mesma sessão a justificativa de voto ou a declaração de voto convergente.

Caput e parágrafos com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

Art. 112. Cumprido o procedimento previsto no artigo 110 deste Regimento, os autos serão encaminhados pela secretaria do órgão julgador ao gabinete do magistrado redator do acórdão.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

Art. 113. Os acórdãos do Tribunal Pleno, do Órgão Especial, das Seções Especializadas e das Turmas deverão ser complementados com a digitação de lauda de imprensa, que deverá conter a identificação do processo, nome das partes e dos advogados e parte dispositiva da decisão.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

Art. 114. Os acórdãos serão assinados pelo magistrado que os lavrar.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 13, de 30.11.2006.

Parágrafo único. Revogado pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

Art. 115. Digitado o acórdão e colhidas as necessárias assinaturas, o gabinete do magistrado redator providenciará a sua publicação ou a intimação, se for o caso.

Parágrafo único. O gabinete do magistrado redator fará a juntada do acórdão aos autos e, após certificar a regularidade da comunicação, os remeterá à Secretaria do órgão julgador

competente, encaminhando uma cópia do acórdão ao Ministério Público do Trabalho, quando for o caso.

Caput e parágrafo único com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

Art. 116. *Revogado pela Emenda Regimental nº 13, de 30.11.2006.*

Art. 117. Não mais se achando em exercício ou estando afastado por prazo superior a trinta dias o relator ou o redator, será designado para a assinatura o primeiro magistrado que, após aquele, tenha acompanhado a tese vencedora.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 13, de 30.11.2006.

Art. 118. Constarão do acórdão:

I - a espécie, o número do feito, os nomes das partes, a exposição dos fatos ou a remissão ao relatório em que foram expostos os fundamentos da decisão e as suas conclusões, discriminando-se, se for o caso, as questões preliminares ou prejudiciais apreciadas no julgamento e consignando-se a eventual existência de votos vencidos, com indicação sucinta da respectiva conclusão;

II - o relatório, que conterà os nomes das partes, o resumo do pedido e da defesa, bem assim o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

III - os fundamentos em que baseada a decisão; e

IV - o dispositivo no qual sejam resolvidas as questões submetidas ao Tribunal.

TÍTULO II DA JURISPRUDÊNCIA

CAPÍTULO I DA UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA

Art. 119. O incidente de resolução de demandas repetitivas - IRDR, regido pelos preceitos dos artigos 976 a 987 do CPC, com adaptações ao processo do trabalho, observará, no que couber, as Instruções Normativas do Tribunal Superior do Trabalho e também o seguinte:

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

I - o incidente será instaurado pelo Presidente do Tribunal mediante requerimento formulado:

a) por juízes ou relatores, em processos de sua competência, pendentes de julgamento na primeira ou segunda instância do Tribunal, respectivamente, através de ofício instruído com as peças necessárias à sua formação;

b) pelos órgãos colegiados, quando do julgamento dos recursos ou processos de competência originária do Tribunal, hipótese em que a decisão de processamento do incidente constará de certidão, com os fundamentos do voto vencedor, que deverá ser publicado no Diário

Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT, cabendo ao relator a lavratura do acórdão que suscita o incidente, bem como seu encaminhamento ao Presidente do Tribunal, mediante ofício devidamente instruído com peças necessárias à formação do incidente;

c) pelas partes do processo de origem ou Ministério Público do Trabalho, em processos igualmente pendentes de julgamento, através de petição instruída com as peças necessárias à sua formação.

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

Alíneas “a” a “c” acrescentadas pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

II - quando de iniciativa das partes ou Ministério Público do Trabalho, a petição com requerimento de instauração do incidente deverá conter o número do processo de origem, nome das partes e advogados, procurações, síntese do litígio, base jurídica e divergência interpretativa que lhe deu origem; devendo ser instruído com cópias dos acórdãos citados como divergentes e demais documentos necessários à demonstração de atendimento aos pressupostos de admissibilidade de que trata o artigo 976, incisos I e II, do CPC;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

III - mediante informações prestadas no prazo de 5 (cinco) dias pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP, o Presidente do Tribunal poderá indeferir o pedido de instauração do incidente nas seguintes hipóteses:

a) inobservância à instrução processual mínima prevista no inciso II deste artigo, ressalvados os incidentes de iniciativa de magistrados ou órgãos colegiados, cuja comprovação dos requisitos de admissibilidade poderá ser suprida pelo NUGEP, por determinação do relator;

b) a matéria objeto do incidente já se encontra afetada para julgamento sob o rito de recurso de revista repetitivo;

c) o processo de origem do incidente se encontra julgado no órgão jurisdicional respectivo;

d) existência de outro IRDR com idêntico objeto em tramitação no Tribunal;

e) a matéria supostamente controvertida já se encontrar uniformizada no âmbito dos Tribunais Superiores ou do próprio TRT da 1ª Região.

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

Alíneas “a” a “e” acrescentadas pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

IV - deferida a instauração do incidente, o Presidente do Tribunal determinará, em 5 (cinco) dias:

a) a formação de autos apartados, em ordem numérica sequencial dos processos de competência originária deste Tribunal, e sua livre distribuição a um dos membros do Tribunal Pleno;

b) a expedição de ofício ao juiz ou relator do processo de origem, dando ciência da instauração do incidente;

c) a atualização do banco eletrônico de dados do TRT-1ª Região, disponível em sua página na internet (www.trt1.jus.br), com as seguintes informações: número do incidente, data de

instauração, relator, número do processo de origem, delimitação da controvérsia e situação processual.

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

Alíneas “a” a “c” acrescentadas pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

V - distribuído o IRDR, o relator terá 10 (dez) dias para analisar os pressupostos do artigo 976 do CPC e solicitar pauta eletrônica do Tribunal Pleno para o julgamento de sua admissibilidade, bem como para a delimitação da matéria controvertida, caso admitido, observando-se o seguinte:

a) a designação da pauta respeitará o interregno mínimo de 15 (quinze) dias do início das votações;

b) havendo divergência entre os membros do Tribunal durante o julgamento virtual, suspender-se-á a pauta eletrônica, devendo ser apreciada a admissibilidade do IRDR em mesa, na sessão presencial subsequente.

Inciso V e alíneas “a” a “b” com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

c) Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

Incisos I a V com redação dada pela Emenda Regimental nº 25, de 9.6.2016.

VI - a decisão quanto à admissibilidade do incidente constará de certidão, com os fundamentos do voto vencedor, que deverá ser publicada no DEJT, dando-se ciência também àquele que solicitou sua instauração e ao Ministério Público do Trabalho, na hipótese do artigo 976, §2º, do CPC;

Inciso VI com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

a) Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

b) Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

c) Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

d) Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

VII - admitido o IRDR, caberá ao relator:

a) determinar ao NUGEP que promova ampla divulgação e publicidade acerca do incidente, com explicações minudentes sobre a matéria que se pretende uniformizar, incluindo seu registro eletrônico no banco nacional de dados do CNJ;

b) expedir ofício aos órgãos jurisdicionais internos, determinando a suspensão de todos os processos que tramitam na área de jurisdição do TRT-1ª Região que versem, no todo ou em parte, sobre a matéria objeto de uniformização, observada a obrigatoriedade de suspensão apenas quanto às questões abrangidas pelo incidente, devendo as partes ser intimadas da decisão por despacho do juiz ou relator do processo suspenso;

c) intimar as partes e demais interessados na controvérsia, inclusive pessoas, órgãos ou entidades da sociedade civil, que, a juízo do relator, poderão integrar a lide como amicus curiae, para que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, juntem documentos e requeiram as diligências que

entenderem necessárias à elucidação da questão de direito controvertida, na forma do art. 983, *caput*, do CPC;

d) requisitar, facultativamente, informações ao órgão jurisdicional onde tramita o processo que deu origem ao incidente, que as prestará no prazo de 15 (quinze) dias;

e) designar audiência pública para ouvir pessoas com experiência e conhecimento na matéria, quando tal providência mostrar-se necessária ao deslinde da controvérsia;

f) encerrada a instrução, remeter os autos em 48 (quarenta e oito) horas ao Ministério Público do Trabalho e à Comissão de Jurisprudência, para suas manifestações no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias;

g) recebido os autos da Comissão de Jurisprudência, com parecer, apor seu visto no prazo de 15 (quinze) dias, remetendo-os ao Presidente do Tribunal, com voto, para designação de pauta.

Inciso e alíneas “a” a “g” com redações dadas pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

VIII - as partes poderão requerer o prosseguimento do processo sobrestado se demonstrarem a distinção entre as questões de direito envolvidas em seus processos e aquelas que serão apreciadas no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, observando-se o seguinte:

a) o requerimento será dirigido ao juiz ou relator, conforme o processo esteja sobrestado em primeiro ou segundo grau, respectivamente;

b) a parte contrária será ouvida, no prazo de 5 (cinco) dias;

c) reconhecida a distinção, o juiz ou relator dará prosseguimento ao processo;

d) a decisão que defere ou indefere a distinção requerida é irrecorrível (art. 893, §1º, da CLT).

Inciso e alíneas “a” a “d” com redações dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

IX - a instauração do incidente não prejudicará a instrução integral das causas em primeiro grau de jurisdição, além do julgamento antecipado parcial do mérito de eventuais pedidos distintos e cumulativos, cabendo, inclusive, recurso ordinário de imediato da sentença, assim como sua execução provisória ou definitiva, nos termos do artigo 356, §§ 1º ao 4º, do CPC;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

a) *Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.*

b) *Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.*

X - o IRDR tampouco prejudicará o julgamento parcial dos recursos quanto às matérias não abrangidas pelo incidente, cabendo, inclusive, recurso de revista ao Tribunal Superior do Trabalho, assim como sua execução provisória ou definitiva;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

XI - por ocasião do julgamento, é assegurada às partes e demais interessados a faculdade de sustentação oral, observando-se o seguinte:

a) autor e réu do processo originário e o Ministério Público do Trabalho terão 10 (dez)

minutos cada para defesa de suas teses;

b) os demais interessados terão o prazo de 30 (trinta) minutos para sustentação oral, divididos entre todos, sendo exigida a inscrição com dois dias de antecedência, podendo ser ampliado este prazo em razão do número de inscritos.

Inciso e alíneas “a” e “b” com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

XII - a tese aprovada no julgamento do incidente constituirá Tese Jurídica Prevalente deste Tribunal quanto ao tema controvertido;

XIII - ao julgar o incidente, o Tribunal Pleno julgará igualmente o pedido a ele relacionado no recurso, na remessa necessária ou no processo de competência originária que lhe deu origem;

XIV - na hipótese de o processo de origem encontrar-se pendente de julgamento na primeira instância, a decisão do IRDR apenas fixará a tese jurídica que será aplicada ao caso concreto pelo juiz natural da causa, observadas suas peculiaridades;

XV - a decisão de mérito do IRDR constará de acórdão, que abrangerá a análise de todos os fundamentos suscitados concernentes à tese jurídica discutida, sejam favoráveis ou contrários;

Incisos XII a XV com redações dadas pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

XVI - do julgamento do mérito do incidente, ressalvada a hipótese do inciso XIV deste artigo - processo originário da primeira instância -, caberá recurso para o TST, dotado de efeito meramente devolutivo, hipótese em que terão prosseguimento os processos sobrestados, com aplicação da tese fixada, admitindo-se a execução provisória do julgado até a penhora;

XVII - a tese jurídica fixada no IRDR constituirá precedente obrigatório da jurisprudência, e será aplicada:

a) a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitam na área de jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região;

b) aos casos futuros, ressalvadas as hipóteses de revisão da tese jurídica prevalente.

XVIII - poderá o juiz do trabalho julgar liminarmente improcedente o pedido que contrariar:

a) enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Tribunal Superior do Trabalho (CPC, art. 332, inciso I);

b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal Superior do Trabalho em julgamento de recursos repetitivos (CLT, art. 896-B c/c CPC, art. 332, inciso II);

c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e incidente de assunção de competência (IAC);

d) enunciado de súmula deste Tribunal Regional do Trabalho sobre direito local, convenção coletiva de trabalho, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que não exceda à jurisdição do Tribunal

(CLT, art. 896, alínea “b”, *a contrario sensu*, c/c CPC, art. 332, inciso IV).

XIX - poderá o relator julgar monocraticamente os recursos contrários às súmulas dos tribunais superiores ou do próprio tribunal, acórdãos proferidos em julgamento de recursos repetitivos e entendimentos firmados em incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) e incidente de assunção de competência (IAC);

XX - contra decisão proferida pelo relator, nas hipóteses do inciso XIX deste artigo, é cabível o agravo interno a que se refere o art. 1021 do CPC, no prazo de 8 (oito) dias;

XXI - não observada a tese adotada no incidente, caberá reclamação ao Tribunal Pleno, que será autuada e distribuída a um de seus membros, observadas as regras dos artigos 988 a 993 do CPC.

Incisos XVI a XXI acrescentados pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

§1º Não admitido o processamento do incidente no órgão fracionário, na hipótese do inciso I, alínea “b”, deste artigo, a decisão constará de simples certidão, prosseguindo-se com o julgamento do processo na mesma sessão em que deliberado o incidente.

§2º O incidente de resolução de demandas repetitivas, de iniciativa das partes ou do Ministério Público do Trabalho, somente poderá ser suscitado antes do início do julgamento do processo ou do recurso que lhe deu origem.

§3º A decisão quanto à admissibilidade do incidente no órgão fracionário de origem ou no Tribunal Pleno é irrecorrível, sendo impugnável apenas por embargos declaratórios.

§4º No julgamento do mérito do incidente, quem estiver presidindo a sessão votará com os demais desembargadores, cabendo-lhe, ainda, voto de qualidade.

§5º O julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas somente comportará vista na própria sessão.

§6º A manifestação da Comissão de Jurisprudência, prevista no inciso VII, alínea “f”, deste artigo, será objetiva e terá caráter informativo quanto às diversas correntes interpretativas do direito controvertido no âmbito dos órgãos fracionários deste Regional.

§7º Durante a suspensão, o pedido de tutela de urgência deverá ser dirigido ao juízo onde tramita o processo suspenso.

§8º A desistência ou abandono do processo não impedirá o exame do mérito do incidente, hipótese em que o Ministério Público do Trabalho assumirá sua titularidade.

§9º É incabível o processamento de incidente de resolução de demandas repetitivas quando o Tribunal Superior do Trabalho já tiver afetado a matéria de direito controvertido para a fixação da tese sob o rito de recurso de revista repetitivo.

§10. A tese fixada no julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas não será aplicada aos casos em que se demonstrar que a situação de fato ou de direito é distinta daquela delimitada pelo incidente.

§11. Se existir mais de um incidente de resolução de demandas repetitivas tratando da mesma matéria, a distribuição será promovida por prevenção ao relator que recebeu o primeiro.

§12. *Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.*

§13. *Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.*

Parágrafos 1º a 11 com redações dadas pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

Art. 119-A. É admissível o incidente de assunção de competência - IAC - quando o julgamento do recurso, remessa necessária ou processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos, observadas as regras do artigo 947 do CPC, devidamente adaptadas ao processo do trabalho, as normatizações do Tribunal Superior do Trabalho e também o seguinte:

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

I - o incidente poderá ser suscitado por qualquer magistrado quando do julgamento do recurso, remessa necessária ou processo de competência originária, de ofício ou a requerimento das partes ou Ministério Público do Trabalho, registrando-se em certidão de julgamento a decisão quanto ao seu processamento;

II - decidindo o órgão fracionário pelo processamento do incidente, o relator lavrará o acórdão respectivo, ainda que vencido quanto à sua admissibilidade, e encaminhará o processo, mediante ofício, ao Presidente do Tribunal para regular processamento do incidente de assunção de competência - IAC;

a) *Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.*

b) *Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.*

c) *Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.*

Incisos I e II com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

III - recebido o processo, o Presidente do Tribunal determinará a alteração da classe processual para IAC, o registro do incidente no banco eletrônico de dados TRT - 1ª Região, nos mesmos moldes do artigo 119, inciso IV, alínea “c”, bem como sua distribuição a um dos membros do Tribunal Pleno, que, em 10 (dez) dias, analisará os pressupostos do artigo 947 do CPC e solicitará pauta eletrônica do Tribunal Pleno para realização do juízo prévio de admissibilidade do incidente, observando-se o seguinte:

a) quando necessário para subsidiar seu voto quanto à admissibilidade do incidente, o relator poderá converter o feito em diligência para que a Comissão de Jurisprudência e Gestão de Precedentes informe sobre a ocorrência de repetição da matéria em múltiplos processos;

b) a designação da pauta respeitará o interregno mínimo de 15 (quinze) dias do início das votações;

c) havendo divergência entre os membros do Tribunal durante o julgamento, suspender-se-á a pauta eletrônica, devendo a admissibilidade do IAC ser apreciada, em mesa, na sessão presencial subsequente.

Inciso e alíneas “a” a “c” com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

IV - a decisão quanto à admissibilidade do incidente constará de certidão, com os fundamentos do voto vencedor, que deverá ser publicada no DEJT, dispensada a lavratura de acórdão do Tribunal Pleno;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

a) *Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.*

b) *Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.*

c) *Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.*

V - não admitido o IAC, por não preenchidos seus requisitos de admissibilidade ou por ausência de interesse público na assunção de competência, após decurso de prazo, o processo retornará ao órgão fracionário e ao relator de origem, para regular prosseguimento do feito;

VI - admitido o IAC, caberá ao relator:

a) determinar ao NUGEP que promova ampla divulgação e publicidade acerca do incidente, com explicações minudentes sobre a matéria que se pretende uniformizar, incluindo seu registro eletrônico no banco nacional de dados do CNJ;

b) expedir ofício aos órgãos jurisdicionais internos, determinando a suspensão de todos os processos que tramitam na área de jurisdição do TRT-1ª Região que versem, no todo ou em parte, sobre a matéria objeto de uniformização, observada a obrigatoriedade de suspensão apenas quanto às questões abrangidas pelo incidente;

c) intimar as partes e demais interessados na controvérsia, inclusive pessoas, órgãos ou entidades da sociedade civil, que, a juízo do relator, poderão integrar a lide como *amicus curiae*, para que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, juntem documentos e requeiram as diligências que entenderem necessárias à elucidação da questão de direito controvertida, na forma do art. 983, caput, do CPC;

d) designar audiência pública para ouvir pessoas com experiência e conhecimento na matéria, quando tal providência mostrar-se necessária ao deslinde da controvérsia;

e) encerrada a instrução, remeter os autos em 48 (quarenta e oito) horas ao Ministério Público do Trabalho para suas manifestações no prazo de 15 (quinze) dias;

f) recebido os autos do Ministério Público do Trabalho, com parecer, por seu visto no prazo de 15 (quinze) dias, remetendo-os ao Presidente do Tribunal, com voto, para designação de pauta.

VII - as partes poderão requerer o prosseguimento do processo sobrestado se demonstrarem a distinção entre as questões de direito envolvidas em seus processos e aquelas que serão apreciadas no incidente de assunção de competência, observando-se o seguinte:

a) o requerimento será dirigido ao juiz ou relator, conforme o processo esteja sobrestado em primeiro ou segundo grau, respectivamente;

- b) a parte contrária será ouvida, no prazo de cinco dias;
- c) reconhecida a distinção, o juiz ou relator dará prosseguimento ao processo;
- e) a decisão que defere ou indefere a distinção requerida é irrecurável (art. 893, § 1º, da CLT).

VIII - por ocasião do julgamento, é assegurada às partes e demais interessados a faculdade de sustentação oral, observando-se o seguinte:

- a) autor e réu do processo originário e o Ministério Público do Trabalho terão 10 (dez) minutos cada para defesa de suas teses;
- b) os demais interessados terão o prazo de 30 (trinta) minutos para sustentação oral, divididos entre todos, sendo exigida a inscrição com dois dias de antecedência, podendo ser ampliado este prazo em razão do número de inscritos.

IX - a tese aprovada no julgamento do incidente constituirá Tese Jurídica Prevalente deste Tribunal quanto à matéria objeto do incidente;

X - presentes os requisitos de admissibilidade, do julgamento do mérito do incidente caberá recurso ordinário ou recurso de revista para o TST, dotado de efeito meramente devolutivo, hipóteses em que terão prosseguimento os processos sobrestados, com aplicação da tese fixada, admitindo-se a execução provisória do julgado até a penhora;

XI - a tese jurídica fixada no IAC constituirá precedente obrigatório da jurisprudência, e será aplicada:

- a) a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitam na área de jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região;
- b) aos casos futuros, ressalvadas as hipóteses de revisão da tese.

XII - não observada a tese adotada no incidente, caberá reclamação ao Tribunal Pleno, que será autuada e distribuída a um de seus membros, observadas as regras dos artigos 988 a 993 do CPC.

Incisos V a XII acrescentados pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

§1º É incabível o processamento de IAC quando estiver sendo suscitado IRDR sobre a mesma matéria.

§2º É incabível o processamento de incidente de assunção de competência quando o Tribunal Superior do Trabalho já tiver afetado a matéria para julgamento sob o rito de recurso de revista repetitivo.

§3º O incidente de assunção de competência só poderá ser requerido pelas partes antes do início do julgamento do recurso ou processo de competência originária que lhe deu origem.

§4º A decisão quanto à admissibilidade do incidente no órgão fracionário de origem ou no Tribunal Pleno é irrecurável, sendo impugnável apenas por embargos declaratórios.

§5º Não admitido o processamento do incidente no órgão fracionário, a decisão constará de simples certidão, prosseguindo-se com o julgamento do processo na mesma sessão em que deliberado o incidente.

§6º No julgamento do mérito do incidente, quem estiver presidindo a sessão votará com os demais desembargadores, cabendo-lhe, ainda, voto de qualidade.

§7º O julgamento do incidente de assunção de competência somente comportará vista na própria sessão.

§8º A desistência ou abandono do processo não impedirá o exame do mérito do incidente, hipótese em que o Ministério Público do Trabalho assumirá sua titularidade.

§9º A tese fixada no julgamento do incidente de assunção de competência não será aplicada aos casos em que se demonstrar que a situação de fato ou de direito é distinta daquela delimitada pelo incidente.

§10. Se existir mais de um incidente de assunção de competência tratando da mesma matéria, a distribuição será promovida por prevenção ao relator que recebeu o primeiro.

§11. Aplica-se o disposto neste artigo para solucionar relevante questão de direito quando conveniente a prevenção ou composição de divergência.

Parágrafos 1ª a 11 com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

§12. *Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.*

§13. *Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.*

Art. 119-B. *Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.*

Art. 119-C. *Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.*

CAPÍTULO II

DA SÚMULA E DOS PRECEDENTES NORMATIVOS

Capítulo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 120. A jurisprudência uniformizada deste Tribunal constará das Súmulas, das Teses Jurídicas Prevalentes e dos Precedentes Normativos, que estarão disponíveis em Banco de Teses, divulgados na internet, sem prejuízo da publicação no diário oficial.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 22, de 9.7.2015.

Art. 120-A. A Tese Jurídica Prevalente constitui-se no dispositivo do acórdão que decidir o incidente de resolução de demandas repetitivas - IRDR - e o incidente de assunção de competência - IAC.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

Art. 121. Incumbe à Comissão de Jurisprudência, mediante iniciativa sua ou de qualquer

desembargador, propor:

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

I - projeto de edição, alteração ou cancelamento de Súmulas, instruído com demonstração de atendimento a um dos seguintes pressupostos:

a) dez acórdãos da Seção Especializada em Dissídios Individuais, reveladores de unanimidade em torno da tese; ou

b) setenta acórdãos de sete Turmas do Tribunal, sendo dez de cada uma, prolatados por unanimidade.

c) Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

d) Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

e) Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

Inciso I e alíneas “a” a “e” acrescentados pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Inciso I e alínea “c” com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

Alínea “e” com redação dada pela Emenda Regimental nº 22, de 9.7.2015.

Alíneas “a” e “b” com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

II - projeto de edição, alteração e cancelamento de Precedente Normativo, instruído com dez acórdãos da Seção Especializada em Dissídios Coletivos, reveladores de unanimidade em torno da tese;

a) Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

b) Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

III - a revisão das teses jurídicas prevaletentes

Incisos II e III com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

§1º Os acórdãos catalogados para fins de edição, alteração ou cancelamento de Súmula ou de Precedente Normativo deverão ser oriundos de Turmas e sessões de julgamento distintas.

§2º O projeto será encaminhado aos desembargadores para, no prazo de quinze dias que antecedem sua apreciação pelo Tribunal Pleno, oferecerem as objeções e sugestões pertinentes, que serão submetidas à análise juntamente com a respectiva proposta.

Parágrafos 1º e 2º acrescentados pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

§3º As sessões de deliberação sobre edição ou alteração de Súmulas e Precedentes Normativos deverão ser públicas e divulgadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada a sustentação oral pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil- Seção Rio de Janeiro, pelo Procurador Regional da Advocacia Geral da União da 2ª Região e pelas federações sindicais ou entidades de classe com base territorial no Estado do Rio de Janeiro, no tempo máximo de 10 (dez) minutos cada.

§4º Nos casos de alteração legislativa, consolidação ou alteração da jurisprudência do TST ou STF, julgamento de mérito de recurso extraordinário ou recurso de revista repetitivo contrários

à tese regional, o Tribunal Pleno procederá ao cancelamento ou modulação dos efeitos das súmulas, teses jurídicas prevalecentes ou precedentes normativos, mediante parecer da Comissão de Jurisprudência, dispensados os acórdãos precedentes dos incisos I e II deste artigo

Parágrafos 3º e 4º com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

§5º Requerimento formulado por, no mínimo, quinze desembargadores, dirigido ao Tribunal Pleno, poderá sustentar proposta de revisão ou cancelamento de súmula, precedente normativo ou tese jurídica prevalecente.”

Parágrafo acrescentado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

Art. 122. *Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.*

Art. 123. *Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.*

Art. 124. *Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.*

Art. 125. Aprovada a proposta de Súmula ou de Precedente Normativo, ou definida a Tese Jurídica Prevalecente, o verbete adotará a respectiva denominação, com numeração própria, devendo ser publicado por três vezes consecutivas no Diário Oficial, observado o mesmo procedimento nas hipóteses de alteração ou cancelamento.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 22, de 9.7.2015.

Art. 126. As Súmulas, as Teses Jurídicas Prevalecentes e os Precedentes Normativos cancelados manterão a mesma numeração, com a nota correspondente.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 22, de 9.7.2015.

Art. 127. A citação, perante o Tribunal, das Súmulas, das Teses Jurídicas Prevalecentes ou dos Precedentes Normativos, dispensará a referência a outros julgados no mesmo sentido.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 22, de 9.7.2015.

Art. 128. *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

Art. 129. *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

TÍTULO III DAS SESSÕES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 130. As sessões dos órgãos colegiados realizar-se-ão ordinária e extraordinariamente e, salvo os casos previstos em lei, serão públicas, com prévia divulgação das pautas aos seus integrantes e no Diário Oficial, no prazo previsto neste Regimento.

§1º Nenhum magistrado se eximirá de estar presente às sessões dos órgãos que integra, ressalvadas as hipóteses de férias, licenças ou afastamentos autorizados.

§2º Na hora designada para o início da sessão, todos os magistrados deverão estar presentes, não se ausentando antes de seu término. O afastamento momentâneo só se dará com a

vênia do Presidente e desde que não comprometa o *quorum* da sessão.

Caput e parágrafos com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

§3º É assegurado o direito a voz aos Presidentes da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região - AMATRA 1 e da Associação dos Juízes do Trabalho - AJUTRA ou aos diretores por eles indicados, nas sessões de julgamento de matérias administrativas que envolvam interesses dos magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

§4º A AMATRA 1 e a AJUTRA deverão ser cientificadas da pauta de julgamento de matérias administrativas com antecedência mínima de 48 horas do início da sessão

Parágrafos 3º e 4º com redação dada pela Emenda Regimental nº 28, de 5.4.2018.

Art. 131. A convocação para as sessões extraordinárias dos órgãos colegiados, inclusive as solenes, far-se-á por deliberação de seus Presidentes ou a requerimento de dois terços de seus integrantes.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 132. As Seções Especializadas e as Turmas reunir-se-ão, ordinariamente, nos dias previamente designados por seu Presidente.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 133. Nas sessões dos órgãos colegiados, o Presidente tem assento ao centro da mesa, ficando o representante do Ministério Público do Trabalho à sua direita. Os demais desembargadores sentar-se-ão pela ordem de antiguidade, alternadamente, a começar pela direita do Presidente.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 134. O Juiz convocado ocupará nas sessões das Turmas e das Seções Especializadas o lugar imediatamente após o desembargador mais moderno ou após o juiz por último convocado.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 135. Os trabalhos obedecerão à seguinte ordem:

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

I - verificação do número dos magistrados presentes;

II - discussão e aprovação da ata da sessão anterior, que será previamente disponibilizada na intranet;

III - indicações e propostas; e

IV - julgamento dos processos.

Incisos I a IV acrescentados pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 136. O *quorum* nas sessões dos órgãos colegiados, salvo nas exceções de que cuida o artigo 165 deste Regimento, será o de maioria simples de seus membros.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

§1º O *quorum* será apurado em relação ao número de desembargadores em condições legais de votar, assim considerados os não atingidos por impedimento ou suspeição, os não

licenciados por motivo de saúde e os em gozo de férias, respeitada a exceção de que cuida o artigo 60 deste Regimento.

Parágrafo acrescentado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

§2º Para complementação do *quorum*, nos impedimentos e suspeições, assim como nas licenças e afastamentos inferiores a trinta dias, poderá o Presidente do órgão, se necessário, requisitar ao Presidente do Tribunal convocação de substituto, que será feita observando-se os seguintes critérios:

Parágrafo com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

I - no Órgão Especial, os desembargadores segundo as quotas de antiguidade e de suplentes eleitos, observado o disposto na Constituição Federal (art. 93, inc. XI), e na Resolução nº 16, de 2006 e no Enunciado Administrativo nº 5, de 2007, ambos do Conselho Nacional de Justiça;

II - nas Turmas, o magistrado mais moderno em atuação na Turma seguinte, que não tenha sessão coincidente;

Parágrafo 2º e incisos I e II acrescentados pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Inciso II com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

III - nas Subseções Especializadas em Dissídios Individuais e na Seção Especializada em Dissídios Coletivos, o magistrado mais moderno que não integre nenhuma dessas seções ou o Órgão Especial, desde que não tenha sessão coincidente no órgão fracionário a que pertence.

Inciso III acrescentado pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

Art. 137. Os desembargadores suplentes do Órgão Especial, quer os da quota de antiguidade, quer os eleitos, quando convocados, terão atuação plena, como se titulares fossem.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 138. Nas sessões dos órgãos colegiados, não havendo número para deliberação, aguardar-se-á por quinze minutos a formação do *quorum*. Persistindo as ausências, será encerrada a sessão, com registro em ata.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 139. Os processos conexos poderão ser objeto de um só julgamento.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Parágrafo único. Se houver mais de um relator, os relatórios serão feitos sucessivamente, antes do debate e julgamento.

Parágrafo único acrescentado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 140. Poderão ser julgados conjuntamente os processos que versarem sobre a mesma questão jurídica, ainda que apresentem peculiaridades.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, os relatórios sucessivos reportar-se-ão ao anterior, indicando as peculiaridades do caso.

Parágrafo único acrescentado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 141. Os processos serão submetidos a julgamento na ordem da pauta, independentemente do comparecimento das partes ou de seus advogados, ressalvadas as preferências:

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

I - do magistrado que tenha comparecido apenas para o julgamento dos processos aos quais esteja vinculado; se superior a três, alternar-se-á cada grupo de três com um da preferência prevista no artigo 144 deste Regimento;

II - de julgamento do *habeas corpus* e do mandado de segurança, nessa ordem; e

III - de processos remanescentes das pautas anteriores.

Incisos I a III acrescentados pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Inciso II com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

Parágrafo único. Havendo acúmulo de processos pendentes de julgamento, poderá o órgão julgador marcar o prosseguimento da sessão para outro dia, considerando-se intimados os interessados mediante o anúncio dessa deliberação.

Parágrafo único acrescentado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 142. Na hipótese de conversão do julgamento em diligência, o processo retirado da pauta a ela retornará, com preferência, assim que ultimada a diligência, com nova publicação.

Parágrafo único. Nos demais casos de adiamento mencionados no inciso VIII do artigo 110 deste Regimento, o processo deverá ser incluído na pauta subsequente.

Art. 143. Findo o relatório e depois de ter sobre ele falado o revisor, se houver, dará o Presidente a palavra, sucessivamente, às partes ou a seus representantes legais, por dez minutos, para sustentação oral das respectivas razões.

Art. 144. As preferências nos julgamentos solicitadas pelos advogados serão registradas em livro próprio até o início da sessão e serão concedidas segundo a prioridade dos requerimentos dos advogados inscritos em seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil que não a do Rio de Janeiro e dos vindos de municípios localizados fora da sede do Tribunal, seguindo-se quanto aos demais a ordem do registro no livro.

Art. 145. O requerimento de preferência formulado por um mesmo advogado em relação a mais de três processos poderá ser deferido de forma alternada, considerados os pedidos manifestados pelos demais advogados.

Art. 146. O pedido de adiamento de julgamento deve ser dirigido ao relator, por intermédio da Presidência, no início da sessão. Na ausência de uma das partes, o pedido só será atendido, em caráter excepcional, se devidamente justificado.

Art. 147. Os advogados, ao ocuparem a tribuna, deverão usar vestes talares em modelo aprovado pelo Órgão Especial.

§1º Sem mandato nos autos, o advogado não poderá sustentar oralmente, salvo motivo relevante que justifique a apresentação posterior do respectivo instrumento.

§2º Falará em primeiro lugar o autor, recorrente, peticionário ou impetrante e, após, o réu, recorrido ou impetrado. Ainda que arguida preliminar ou prejudicial, a sustentação oral será feita de uma só vez.

§3º Se houver litisconsortes representados por mais de um advogado, o tempo será distribuído, proporcionalmente, entre eles, podendo o órgão julgador, ante a relevância da matéria, prorrogar o tempo até o máximo de vinte minutos.

Caput e parágrafos 1º a 3º com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

§4º Não haverá sustentação oral em embargos de declaração, conflitos de competência, arguição de suspeição e agravos, salvo agravos de petição e agravos regimentais interpostos contra despacho de relator quando indeferir, liminarmente, mandado de segurança, tutela provisória ou ação rescisória;

Parágrafo acrescentado pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

§5º As advogadas gestantes ou lactantes terão preferência para a sustentação oral, caso requerido.

Parágrafo acrescentado pela Emenda Regimental nº 25, de 9.6.2016.

Art. 148. O membro do Ministério Público do Trabalho poderá usar da palavra, na forma da lei, ou quando solicitado a fazê-lo por algum dos magistrados.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

Art. 149. Após o voto do relator e do revisor, se houver, votarão os demais magistrados, obedecida a sequência decrescente de antiguidade a partir do relator.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

Art. 150. Ao relator e ao revisor, após proferirem seu voto, caberá o uso da palavra para esclarecimento de fato, se o entenderem necessário ou por solicitação formulada por outro magistrado, na oportunidade em que votar.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

Art. 151. No curso do julgamento, é facultado aos advogados, mediante vênia, ponderar questões de fato pertinentes ao tema em debate.

Art. 152. Nenhum magistrado fará uso da palavra sem a prévia solicitação ao Presidente, nem interromperá quem estiver no uso dela.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

Art. 153. Cada magistrado terá o tempo que se fizer necessário para proferir o seu voto, após o qual só poderá fazer uso da palavra se desejar retificá-lo, na forma do artigo 157 deste Regimento, ou se for nominalmente referido.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 154. As questões preliminares serão julgadas antes do mérito, deste não se conhecendo se incompatível com a decisão adotada.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

§1º Na hipótese de haver no mesmo processo vários recursos com preliminares distintas, aqueles serão examinados separadamente e estas sucessivamente, na ordem ditada pela prejudicialidade.

§2º Rejeitada a preliminar, ou se ela for compatível com o exame do mérito, seguir-se-á o julgamento da matéria principal, devendo sobre esta pronunciar-se os magistrados vencidos nas

preliminares.

Parágrafos 1º e 2º acrescentados pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 155. Quando as proposições divergirem, mas várias delas apresentarem ponto em comum, deverão ser somados os votos dessas correntes, no que coincidirem. Permanecendo a divergência, sem possibilidade de qualquer soma, serão as questões submetidas ao pronunciamento de todos os julgadores, duas a duas, eliminando-se, sucessivamente, as que tiverem menor votação e prevalecendo a que reunir, por último, a maioria de votos.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 156. Na oportunidade em que lhe caiba votar nos processos judiciais e administrativos, o magistrado poderá pedir vista dos autos.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 26, de 31.8.2017.

§1º Caso se trate de vista em mesa, far-se-á o julgamento na mesma sessão, tão logo aquele que a requereu se declare em condição de votar.

§2º Quando o magistrado não se considerar habilitado a proferir imediatamente seu voto, poderá solicitar vista pelo prazo máximo de dez dias, prorrogável por igual período, mediante pedido devidamente justificado do vistor, após o qual o processo será reincluído em pauta para julgamento na sessão seguinte.

§3º Poderão, em qualquer caso, os demais julgadores adiantar seus votos, que serão registrados em certidão.

§4º Se dois ou mais magistrados pedirem vista, a cada um deles será facultado o estudo dos autos pelo prazo previsto no §2º, devendo o último deles devolver os autos à secretaria do órgão julgador colegiado.

§5º Caso o processo não seja devolvido tempestivamente, ou se o vistor deixar de solicitar prorrogação de prazo, o presidente do órgão correspondente fará a requisição dos autos para julgamento na sessão subsequente, com publicação na pauta em que houver a inclusão.

§6º Ocorrida a requisição na forma do §5º, se o vistor ainda não se sentir habilitado a votar, o presidente do órgão correspondente convocará substituto para proferir voto, preferencialmente magistrado que integre o mesmo órgão julgador colegiado e que não tenha participado da sessão de julgamento adiada pelo pedido de vista, observando-se a ordem inversa da antiguidade. Caso não exista magistrado em exercício que atenda a essas condições, será convocado:

I - no julgamento de turma, o magistrado mais moderno da turma seguinte, na forma do §1º do artigo 173;

II - no julgamento da seção especializada, o desembargador que não integre nenhuma das seções especializadas, observada a ordem inversa da antiguidade;

III - no julgamento do Órgão Especial, o desembargador mais antigo, salvo em se tratando de desembargador eleito, em que será convocado o suplente, observada a ordem de eleição.

§7º Nos julgamentos já iniciados, interrompidos e adiados por qualquer motivo, dele não

participará aquele que não tenha assistido ao relatório ou aos debates, salvo quando, não tendo ocorrido sustentação oral, considerar-se apto para votar.

§8º O julgamento dos processos com vista regimental poderá prosseguir sem vinculação à Presidência e na ausência do relator, desde que este tenha votado sobre toda a matéria em exame, computados os votos já proferidos.

Parágrafos 1º a 8º com redação dada pela Emenda Regimental nº 26, de 31.8.2017.

§9º Na sessão em prosseguimento, se necessário, por força de modificação do quórum ou para desempate na votação, serão renovados os relatórios e facultada a sustentação oral.

Parágrafo 9º acrescentado pela Emenda Regimental nº 26, de 31.8.2017.

Art. 157. O magistrado poderá modificar o voto antes de proclamada a decisão.

Parágrafo único. Proclamada a decisão, não poderá ser feita apreciação ou crítica sobre a conclusão adotada.

Caput e parágrafo único com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 158. As decisões serão tomadas pela maioria de votos, salvo nas hipóteses em que haja exigência de *quorum* qualificado.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 159. Se nenhum magistrado divergir do relator, o Presidente adotará a votação simbólica.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 160. Findo o julgamento, o Presidente proclamará a decisão e designará o magistrado redator do acórdão.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

Art. 161. As atas das sessões serão lavradas pelos respectivos secretários e nelas será resumido com clareza o quanto se haja passado na sessão, devendo conter:

I - o dia, mês, ano e hora da abertura da sessão;

II - o nome do Presidente ou desembargador que fizer suas vezes;

III - os nomes dos magistrados presentes e o do membro do Ministério Público do Trabalho; e
Incisos II e III com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

IV - sumária notícia do expediente, mencionando-se a natureza dos processos, recursos, os nomes das partes, a decisão prolatada, se unânime ou por maioria, e se houve sustentação oral.

CAPÍTULO II DAS SESSÕES SOLENES

Art. 162. O Tribunal Pleno reunir-se-á em sessão solene para:

I - dar posse ao Presidente, ao Vice-Presidente, ao Corregedor Regional, ao Vice-Corregedor Regional, ao Presidente da Seção Especializada em Dissídios Individuais, ao Diretor

da Escola Judicial e ao Ouvidor;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

II - celebrar acontecimento de alta relevância; e

III - entregar as comendas da Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

Incisos II e III com redação dada pela Emenda Regimental nº 6, de 7.3.2005.

Parágrafo único. Na solenidade de que cuida o inciso I, em seguida à posse dos membros da administração do Tribunal, será anunciada a posse dos membros eleitos do Órgão Especial, das Comissões de Vitaliciamento, de Regimento Interno, de Jurisprudência, da Ordem do Mérito Judiciário e de Responsabilidade Socioambiental, bem como do Diretor do Centro Cultural, eleitos na mesma data em que o tiverem sido os integrantes da direção do Tribunal e coincidentes os respectivos mandatos, a ser formalizada mediante a assinatura, pelo Presidente do Tribunal, das respectivas portarias e independentemente de outras formalidades.

Parágrafo único acrescentado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009, com redação atual dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

Art. 163. O cerimonial das sessões solenes será regulado por ato do Presidente do Tribunal.

CAPÍTULO III DAS SESSÕES DO TRIBUNAL PLENO, DO ÓRGÃO ESPECIAL E DAS SEÇÕES ESPECIALIZADAS

Art. 164. O quórum para funcionamento do Tribunal Pleno e do Órgão Especial será de maioria absoluta de seus membros e, ressalvadas as matérias do artigo 165 e 165-A deste Regimento, as deliberações serão aprovadas por maioria simples.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

§1º O quórum para a sessão de deliberação acerca das matérias constantes do art. 165 deste Regimento será de dois terços dos desembargadores que, no momento da votação, compõem a Corte.

§2º O quórum de instalação do Tribunal Pleno para julgamento dos incidentes processuais de que tratam os artigos 119 e 119-A (IRDR e IAC) deste Regimento, bem como para deliberação de propostas de edição, alteração, cancelamento ou modulação dos efeitos das súmulas, precedentes normativos ou teses jurídicas prevaletentes, será de 3/4 (três quartos) dos desembargadores que efetivamente compõem a Corte.

Parágrafos 1º e 2º com redação dada pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.

Art. 165. Será exigida a aprovação por maioria absoluta dos integrantes do Tribunal Pleno quando a deliberação dispuser a respeito de:

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

I - Revogado pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

II - decisão que determina a instauração do processo administrativo disciplinar e aplicação de qualquer penalidade a magistrado;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

III - promoção ou acesso de magistrados e formação de listas tríplexes de oriundos do quinto constitucional;

IV - *Revogado pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.*

V - *Revogado pela Emenda Regimental nº 29, de 10.5.2018.*

VI - Atos ou Emendas Regimentais.

Incisos I a VI acrescentados pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Parágrafo único. A maioria absoluta corresponde à metade mais um dos desembargadores que compõem a Corte no momento da votação, considerada em caso de fração o primeiro número inteiro subsequente.

Parágrafo único com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

Art. 165-A. O quórum para aprovação, alteração, cancelamento e modulação de efeitos de súmulas e precedentes normativos será de 2/3 (dois terços) dos membros que efetivamente compõem o Tribunal Pleno.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 30, de 16.8.2018.

Art. 166. Os ocupantes dos cargos diretivos do Tribunal concorrem à distribuição de processos do Pleno, sem prejuízo das suas demais atribuições, ficando impedidos se forem prolores da decisão objeto do caso.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 25, de 9.6.2016.

Parágrafo primeiro. Se atuar como relator, o desembargador que preside a sessão passará a presidência ao seu substituto regimental.

Parágrafo segundo. Em caso de empate no Tribunal Pleno ou no Órgão Especial, o desembargador que preside a sessão terá voto de qualidade.

Parágrafos 1º e 2º acrescentados pela Emenda Regimental nº 25, de 9.6.2016.

Art. 167. *Revogado pela Emenda Regimental nº 6, de 7.3.2005.*

Art. 167-A. *Revogado pela Emenda Regimental nº 25, de 9.6.2016.*

Art. 168. *Revogado pela Emenda Regimental nº 25, de 9.6.2016.*

Art. 169. Nas sessões das Seções Especializadas, o respectivo Presidente votará por último, salvo se for relator ou revisor do processo, cabendo-lhe, ainda, o voto de qualidade, salvo no julgamento de *habeas corpus*, quando prevalecerá a decisão mais favorável ao paciente.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

CAPÍTULO IV DAS SESSÕES DAS TURMAS

Art. 170. *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

Art. 171. *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

Art. 172. *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

Art. 173. Ocorrendo empate na votação porque ausente um de seus integrantes, o julgamento será adiado para a sessão seguinte e, persistindo a ausência, aplicar-se-á o critério do parágrafo primeiro.

§1º Quando o empate decorrer de impedimento ou suspeição de algum dos integrantes do órgão, será convocado para desempate o magistrado mais moderno da Turma seguinte, excluído o seu Presidente ou aquele que o estiver substituindo.

Parágrafo com redação dada pela Emenda Regimental nº 26, de 31.8.2017.

§2º Em qualquer caso, o voto de desempate limitar-se-á a uma das correntes em divergência.

CAPÍTULO V

DAS SESSÕES ADMINISTRATIVAS E EM SEGREDO DE JUSTIÇA

Capítulo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 174. Por solicitação fundamentada do Presidente ou de um dos membros da Corte, desde que aprovada pela maioria, os julgamentos, em qualquer dos órgãos judicantes do Tribunal, que envolverem matéria referida no artigo 155 do Código de Processo Civil, poderão prosseguir em segredo de justiça.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 175. As sessões de julgamento em segredo de justiça prosseguirão no mesmo local, permanecendo, além dos magistrados, o representante do Ministério Público do Trabalho, os advogados das partes e, conforme o caso, o secretário do colegiado.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 176. Quando a sessão tratar de matéria administrativa disciplinar, só haverá conversão em segredo de justiça se envolver a vida privada de magistrado, quando permanecerão na sala apenas os desembargadores integrantes do colegiado, o secretário, os advogados das partes e o representante do Ministério Público do Trabalho.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 177. A proclamação do resultado do julgamento, nos casos de segredo de justiça, será feita na presença das partes e de seus advogados quando comparecerem à sessão.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

CAPÍTULO VI

DAS SESSÕES VIRTUAIS

Capítulo com redação dada pela Emenda Regimental nº 32, de 16.7.2020

Art. 177-A. Todos os processos eletrônicos deste Tribunal serão julgados, preferencialmente, em sessão virtual, ressalvados aqueles em que o relator, expressamente, solicitar sua inclusão em pauta presencial.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 32, de 16.7.2020.

§ 1º Por ocasião do julgamento, qualquer magistrado que compuser a sessão virtual ou o representante do Ministério Público do Trabalho poderá solicitar a retirada de pauta de processos para que se proceda ao seu julgamento na modalidade presencial.

§ 2º O pedido de vista regimental transfere o julgamento para a pauta virtual subsequente.

Art. 177-B. Não serão incluídos em pauta virtual:

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 32, de 16.7.2020.

I - os incidentes de inconstitucionalidade (ArgInc);

II - os processos administrativos disciplinares (PadMag); e

III - os incidentes processuais de formação de precedentes obrigatórios da jurisprudência (IRDR e IAC);

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas neste artigo, o processo será remetido à secretaria para que seja colocado em sessão presencial.

Art. 177-C. A Secretaria do órgão julgante publicará a pauta virtual no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis do início do julgamento, fazendo constar a composição do plenário virtual, a data e horário de início e encerramento da sessão virtual, que terá duração de 5 (cinco) dias úteis.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 32, de 16.7.2020.

§ 1º Os processos poderão ser votados individualmente ou em listas a serem elaboradas pela secretaria dos órgãos julgadores, podendo os Desembargadores votar as listas como um todo ou em cada processo.

§ 2º Serão retirados de pauta virtual para inclusão em sessão presencial os processos com pedido de sustentação oral, quando cabível, desde que requerido na forma dos parágrafos 8º e 9º deste artigo, entre 5 (cinco) dias úteis antes do início da sessão até 0h (zero hora) do segundo dia anterior à sessão.

§ 3º Os processos tradicionalmente apresentados "em mesa" - embargos de declaração, agravos de instrumento e agravos internos - serão incluídos em listas individualizadas por relator em até 2 (dois) dias úteis antes do início da sessão de julgamento, independentemente de publicação da pauta.

§ 4º Após o início da sessão, os processos em que houver solicitação das partes ou do desembargador do trabalho coordenador do CEJUSC de 2º Grau, para inclusão em pauta de conciliação, serão retirados de pauta, a critério do relator, devendo constar em certidão de julgamento as razões da suspensão do feito.

§ 5º Os processos cuja matéria tenha sido sobrestada por determinação dos tribunais superiores (Tribunal Superior do Trabalho ou Supremo Tribunal Federal); ou que haja arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público; ou que deva ter seu julgamento suspenso por qualquer outro motivo relevante serão retirados de pauta pelo relator, registrando-se

na respectiva certidão o motivo da suspensão do julgamento.

§ 6º Durante a sessão virtual, caso haja qualquer fato que comprometa o quorum de julgamento, tais como, impedimentos, suspeições ou afastamento temporário ou definitivo de qualquer magistrado participante da sessão, inclusive do relator, o processo será retirado de pauta e reincluído na sessão virtual seguinte, com nova composição ou mediante retorno do magistrado afastado.

§ 7º Organizada a pauta do plenário virtual pelas secretarias dos órgãos julgadores, será imediatamente oportunizado aos componentes da sessão realizar análise prévia dos respectivos processos, independentemente do disposto no caput deste artigo.

§ 8º O pedido de sustentação oral ou preferência será realizado pelo portal do Tribunal na forma do parágrafo 2º deste artigo.

§ 9º Procuradores de entes públicos e demais órgãos que, por não possuírem OAB válida, estejam impossibilitados de pedir preferência pelo portal do TRT, deverão fazer seus pedidos por petição nos autos, no mesmo prazo do parágrafo 2º deste artigo.

§ 10. Os entes públicos poderão ser notificados via sistema, por meio da ferramenta “Comunicação e Expedientes”, presente nos detalhes do processo.

Art. 177-D. Encerrada a sessão virtual, a Secretaria do órgão julgador disponibilizará em até 48 (quarenta e oito) horas o resultado do julgamento, tornando pública a certidão de julgamento.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 32, de 16.7.2020.

§ 1º Os magistrados que compuserem a sessão de julgamento depositarão seus votos ou manifestações até o prazo final designado para o encerramento da sessão virtual.

§ 2º A inclusão de manifestação solicitando pauta presencial por qualquer dos membros da sessão transfere automaticamente o processo para a sessão presencial a ser designada.

§ 3º O Desembargador que não se pronunciar no prazo previsto no caput do artigo 177-C, terá sua não participação registrada na certidão do julgamento.

§ 4º Caso não seja alcançado o quorum de votação previsto neste Regimento, ou havendo empate na votação, o julgamento será suspenso e incluído na sessão virtual imediatamente subsequente a fim de que sejam colhidos os votos dos desembargadores que, convocados para a primeira sessão, não se pronunciaram.

§ 5º O acompanhamento dos julgamentos das sessões virtuais não disponibilizará os votos do relator ou os votos convergentes e divergentes, os quais somente serão tornados públicos após a conclusão do julgamento, com a disponibilização da certidão de julgamento respectiva ou com a publicação do acórdão.

Art. 177-E. Aplicam-se à modalidade de julgamento virtual, no que couber, as regras regimentais para o julgamento presencial.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 32, de 16.7.2020.

TÍTULO IV DAS AUDIÊNCIAS

Art. 178. Serão públicas as audiências:

I - para distribuição dos feitos; e

II - para instrução de processo da competência originária do Tribunal Pleno, do Órgão Especial, das Seções Especializadas e das Turmas.

Art. 179. As sessões do Tribunal Pleno, do Órgão Especial, das Seções Especializadas e das Turmas realizar-se-ão em dias úteis, previamente designadas através de publicação no Diário Oficial e alteráveis, em qualquer época, mediante comunicação aos interessados.

Art. 180. Será lavrada a ata da audiência de instrução, conciliação e julgamento.

TÍTULO V DOS CONFLITOS DE COMPETÊNCIA E DE ATRIBUIÇÕES

Art. 181. O conflito de competência poderá ocorrer entre autoridades judiciárias, e o de atribuições entre autoridades judiciárias e entre estas e as administrativas.

Art. 182. Dar-se-á o conflito nos casos previstos em lei.

Art. 183. O conflito poderá ser suscitado pela parte interessada, pelo Ministério Público do Trabalho ou pelos órgãos colegiados do Tribunal.

Art. 184. O processo de conflito será autuado e distribuído, observada a competência dos órgãos judicantes do Tribunal.

Art. 185. Poderá o relator, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, determinar, quando o conflito for positivo, que seja sobrestado o processo e, no caso de conflito negativo, designar um dos órgãos envolvidos para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Art. 186. Sempre que necessário, o relator mandará ouvir as autoridades em conflito, no prazo de dez dias.

Art. 187. Com visto do relator, o processo será incluído em pauta preferencial para julgamento do colegiado competente.

Art. 188. Proferida a decisão, dela será dada ciência imediata às autoridades em conflito.

Art. 189. Da decisão do conflito não caberá recurso.

TÍTULO VI

DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI OU DE ATO NORMATIVO DO PODER PÚBLICO

Art. 190. No curso do julgamento em qualquer dos órgãos judicantes do Tribunal, se resolvido, preliminarmente, ser imprescindível decidir-se sobre a inconstitucionalidade de lei, de disposição nela contida ou de ato normativo do Poder Público, o julgamento será suspenso, por proposta do relator, de qualquer magistrado ou a requerimento do membro do Ministério Público do Trabalho, depois de findo o relatório.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

Art. 191. Ouvido o membro do Ministério Público do Trabalho, será a matéria submetida à apreciação do colegiado em que tramita o feito.

§1º Rejeitada a arguição, prosseguirá o julgamento.

§2º Acolhida a arguição, os autos, com acórdão circunstanciado, serão remetidos ao Tribunal Pleno, que os distribuirá.

Parágrafo 2º com redação dada pela Emenda Regimental nº 22, de 9.7.2015.

Art. 192. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros, poderá o Tribunal Pleno declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 22, de 9.7.2015.

Art. 193. Na hipótese de haver sobre a matéria decisão do Supremo Tribunal Federal ou do Tribunal Superior do Trabalho declaratória de inconstitucionalidade, com edição de Súmula, e ocorrendo nova alegação de inconstitucionalidade da mesma lei ou do mesmo ato do Poder Público, não poderá qualquer dos órgãos judicantes desta Corte considerá-lo para efeito de encaminhamento ao Tribunal Pleno, salvo se demonstrado que, após o pronunciamento desse órgão, o Supremo Tribunal Federal ou o Tribunal Superior do Trabalho tenha julgado em sentido contrário.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 22, de 9.7.2015.

Art. 194. São insuscetíveis de recurso as decisões que declarem a imprescindibilidade de decisão sobre a inconstitucionalidade de lei, de disposição nela contida ou de ato normativo do Poder Público.

TÍTULO VII DAS AÇÕES ORIGINÁRIAS

CAPÍTULO I DO MANDADO DE SEGURANÇA

Art. 195. Cabe mandado de segurança contra ato ou decisão do Presidente ou de quaisquer dos membros da Corte, observadas para o julgamento as regras referentes à competência dos órgãos judicantes do Tribunal.

Art. 196. O mandado de segurança, de competência originária do Tribunal, terá seu processo iniciado por petição, em duplicata, que preencherá os requisitos legais e conterà a

indicação precisa da autoridade a quem é atribuído o ato impugnado.

§1º A segunda via da inicial será instruída com cópias de todos os documentos, autenticadas pelo requerente e conferidas pelo secretário do colegiado competente.

§2º Afirmado pelo requerente que o documento necessário à prova de suas alegações se encontra em repartição ou estabelecimento público ou em poder de autoridade que lhe recuse certidão, solicitará ao relator seja requisitada, por ofício, a exibição do documento, em original ou cópia autenticada, no prazo de dez dias úteis.

§3º Nos casos do parágrafo anterior, a secretaria do órgão competente para o julgamento do feito providenciará a extração de tantas cópias do documento quantas se tornarem necessárias à instrução do processo.

Art. 197. Se a petição não atender aos requisitos do artigo anterior ou se, nos termos da lei vigente, não for o caso de mandado de segurança, poderá o relator indeferir de plano a inicial.

§1º Nas hipóteses previstas neste artigo, serão dispensadas as informações da autoridade coatora.

§2º A parte que se considerar prejudicada pelo despacho do relator poderá interpor agravo regimental.

Art. 198. Distribuído o feito na forma regimental e despachada a inicial, o relator mandará ouvir a autoridade dita coatora, mediante ofício, acompanhado da segunda via da petição, instruída com as cópias dos documentos, a fim de que preste informações, no prazo de dez dias.

§1º Sempre que o mandado de segurança envolver interesse de terceiro ou terceiros interessados, deverá ser-lhes dada ciência da existência do mandado, por despacho do relator.

§2º Se o relator entender relevante e fundado o pedido e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso deferida, poderá ordenar a respectiva suspensão liminar até o julgamento.

Art. 199. A secretaria do colegiado no qual tramita o feito providenciará a juntada aos autos da cópia autenticada do ofício e a prova de sua remessa ao destinatário, nos termos do artigo anterior.

Art. 200. Transcorridos os prazos, com a informação da autoridade coatora e com a manifestação do terceiro ou dos terceiros interessados, ou sem elas, os autos serão remetidos ao Ministério Público do Trabalho, sendo, no seu retorno, após o visto do relator, incluídos em pauta preferencial para julgamento.

CAPÍTULO II DA AÇÃO RESCISÓRIA

Art. 201. Caberá ação rescisória dos acórdãos do Tribunal Pleno, do Órgão Especial, das Seções Especializadas e das Turmas, bem como das decisões de primeiro de grau, passadas em

julgado, nos casos previstos em lei.

Art. 202. Proposta a ação, o Presidente do Tribunal a distribuirá, na forma deste Regimento, excluído o magistrado que redigiu o acórdão rescindendo.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

Art. 203. Se a petição preencher os requisitos legais, ao relator compete:

I - ordenar as citações, notificações e intimações requeridas;

II - processar as questões incidentes e as exceções e designar audiência especial para produção de provas, se requeridas ou determinadas de ofício; e

III - dar vista ao Ministério Público do Trabalho, depois das alegações finais das partes.

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

Art. 204. Feita a citação, o réu, no prazo marcado pelo relator, apresentará a contestação no protocolo do Tribunal, que a encaminhará à Secretaria Judiciária.

Art. 205. Ultimada a fase probatória, permanecerão os autos na secretaria aguardando oferecimento pelas partes de razões finais, por dez dias sucessivos.

Parágrafo único. Findo esse prazo e após a manifestação do Ministério Público do Trabalho, serão os autos conclusos, respectivamente, ao relator e ao revisor e, em sequência, incluídos em pauta de julgamento, observados os critérios regimentais.

Parágrafo único com redação dada pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

CAPÍTULO III DO HABEAS CORPUS

Art. 206. O *habeas corpus* pode ser impetrado por qualquer pessoa, mesmo sem mandato, ou pelo Ministério Público do Trabalho, em favor de quem estiver sofrendo coação ilegal ou se achar na iminência de sofrer violência na sua liberdade de locomoção por ato de autoridade judiciária do Trabalho.

Parágrafo único. A competência para julgamento do *habeas corpus* é da Subseção Especializada em Dissídios Individuais II, como instância originária, exceto quando vinculado às garantias dos dirigentes sindicais no curso de dissídios coletivos ou quando se tratar de membro do Órgão Especial, casos em que competirá à Seção Especializada em Dissídios Coletivos e ao Órgão Especial, respectivamente, proferirem decisão.

Art. 207. A inicial, em duas vias, conterà:

I - o nome da pessoa que sofreu ou está ameaçada de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, indicando também quem exerce a violência, coação ou ameaça;

II - a assinatura do impetrante ou de alguém a seu rogo, quando não souber ou não puder escrever, e a designação das respectivas residências.

Art. 208. A petição, depois de protocolizada, será imediatamente encaminhada ao Presidente do Tribunal, que solicitará informações urgentes à autoridade indicada como coatora, enviando-lhe a segunda via da inicial, e providenciará o imediato sorteio do relator.

Parágrafo único. O relator poderá conceder liminarmente a ordem.

Art. 209. O julgamento será realizado com preferência na primeira sessão do Órgão Especial ou da Subseção Especializada em Dissídios Individuais II, independentemente de inclusão em pauta, oficiando verbalmente o Ministério Público do Trabalho, com ou sem as informações solicitadas.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Parágrafo único. Ocorrendo empate na votação, prevalecerá a decisão mais favorável ao paciente.

Parágrafo único com redação dada pela Emenda Regimental nº 13, de 30.11.2006.

Art. 210. Concedido o *habeas corpus*, será imediatamente expedida a respectiva ordem pelo relator do processo.

CAPÍTULO IV DOS DISSÍDIOS COLETIVOS

Art. 211. Protocolizada e autuada a representação requerendo a instauração da instância em dissídio coletivo, com os documentos que a acompanham, os autos serão conclusos ao Presidente, que verificará a observância dos requisitos necessários previstos na lei e instruções normativas do Tribunal Superior do Trabalho pertinentes à matéria.

§1º Constatado que a petição inicial não reúne os requisitos exigidos ou que apresenta defeitos ou irregularidades capazes de dificultar a sua apreciação, ou, ainda, se estiver desacompanhada dos documentos necessários, será determinado ao suscitante que a emende ou a complete, no prazo máximo de dez dias.

§2º Não cumprida a diligência determinada na forma do parágrafo anterior, o Presidente extinguirá o processo mediante o indeferimento da petição inicial, cabendo desta decisão agravo regimental para a Seção Especializada em Dissídios Coletivos.

§3º Estando conformes a petição inicial e os documentos, será designada audiência de conciliação e instrução a ser realizada no menor prazo possível, citado o suscitado e intimado o suscitante.

Art. 212. Nas ações anulatórias de competência da SEDIC, haverá, obrigatoriamente, audiência prévia de conciliação.

Art. 213. Quando o dissídio ocorrer fora da sede do Tribunal, poderá o Presidente delegar a juiz titular da Vara do Trabalho, que aí tenha jurisdição, as atribuições relativas à fase conciliatória.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

Parágrafo único. Não havendo acordo, a autoridade delegada encaminhará os autos ao Tribunal com as informações que tiver a respeito das causas do dissídio, indicando, quando possível, a solução que lhe parecer conveniente.

Art. 214. Na audiência designada, o suscitado apresentará proposta de solução amigável da lide, fundamentada nas circunstâncias fáticas e jurídicas que recomendariam a sua adoção, ou deduzirá a sua defesa, destacando, em relação às cláusulas que importem em elevações salariais, as condições financeiras dos empregadores, bem assim a situação econômica do respectivo setor de atividade.

§1º Recusadas as bases da conciliação propostas pelos interessados, o desembargador que presidir a audiência apresentará a solução que lhe parecer adequada para resolver o dissídio. Em caso de não ser alcançada a composição amigável do conflito, serão determinadas as diligências necessárias à instrução do feito.

Parágrafo com redação dada pela Emenda Regimental nº 3, de 6.8.2004.

§2º Os trabalhos da audiência de conciliação e instrução serão registrados em ata.

Art. 215. Alcançada a conciliação ou encerrada a instrução, o processo será distribuído mediante sorteio.

Art. 216. O membro do Ministério Público do Trabalho, na audiência de conciliação, poderá emitir parecer oral, a ser reduzido a termo; poderá também fazê-lo por escrito, nos próprios autos ou, ainda, na sessão de julgamento do dissídio coletivo.

Art. 217. Devolvidos os autos pelo magistrado relator, deve o dissídio ser imediatamente submetido a julgamento em sessão ordinária ou extraordinária do órgão competente. Nos casos de urgência, o relator examinará os autos com a necessária presteza, de modo a possibilitar o julgamento imediato.

Art. 218. Se for caso de urgência, sobretudo na ocorrência ou iminência de paralisação do trabalho, o processo será colocado em pauta preferencial.

Art. 219. A apreciação do dissídio far-se-á cláusula a cláusula, podendo a Seção Especializada em Dissídios Coletivos, antes da proclamação final do julgamento, na mesma assentada, e tendo em vista o total dos pedidos examinados, rever a solução proposta, de modo que a sentença normativa traduza, no seu conjunto, a justa composição do conflito de interesses das partes e guarde adequação com o interesse da coletividade.

Art. 220. Noticiando os autos a paralisação do trabalho em decorrência de greve em serviço ou atividades essenciais, o Presidente do Tribunal poderá expedir ato dispondo sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Art. 221. O colegiado competente, apreciando a paralisação do trabalho, pronunciar-se-á sobre a qualificação jurídica da greve e suas consequências.

Art. 222. Verificando o órgão julgador originário que a petição inicial não reúne os requisitos intrínsecos ou extrínsecos estabelecidos, suspenderá o julgamento do dissídio, assinando prazo aos interessados para que supram a deficiência, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

TÍTULO VIII DOS PROCESSOS INCIDENTES

CAPÍTULO I DO IMPEDIMENTO E DA SUSPEIÇÃO

Art. 223. Os impedimentos e suspeições serão processados, apreciados e julgados em conformidade com o previsto nos artigos 144 a 147 do CPC.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

CAPÍTULO II DA HABILITAÇÃO INCIDENTE

Art. 224. Em caso de falecimento de alguma das partes, a habilitação incidente será requerida e processada na forma da lei processual.

Art. 225. A citação far-se-á na pessoa do procurador constituído nos autos, mediante publicação no Diário Oficial, ou à parte, pessoalmente, se não estiver representada no processo.

Art. 226. Quando incertos os sucessores, a citação far-se-á por edital.

Art. 227. O relator, se contestado o pedido, facultará às partes sumária produção de provas, em cinco dias, e decidirá, em seguida, a habilitação.

Art. 228. Estando o processo em pauta para julgamento, a habilitação será decidida pelo órgão julgador.

Art. 229. A parte que não se habilitar perante o Tribunal poderá fazê-lo em outra instância.

CAPÍTULO III DA SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE TUTELA ANTECIPADA

Art. 230. O Presidente do Tribunal, nos termos da legislação vigente, a requerimento do Ministério Público do Trabalho ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, poderá, através de despacho fundamentado, suspender a execução de liminar e de tutela antecipada concedidas pelas Varas do Trabalho nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes.

§1º Aplica-se o disposto neste artigo à sentença proferida em processo de tutela provisória, enquanto não transitada em julgado.

Parágrafo com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

§2º O Presidente, se necessário, poderá ouvir o autor da ação e o Ministério Público do Trabalho, em cinco dias.

§3º *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

§4º A suspensão vigorará até a sentença enquanto pender o recurso, ficando sem efeito se a decisão concessiva da medida for mantida pelo órgão julgador ou transitar em julgado.

CAPÍTULO IV DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS

Capítulo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 231. A restauração dos autos far-se-á de conformidade com o previsto nos artigos 1.063 a 1.069 do CPC.

CAPÍTULO V DAS TUTELAS PROVISÓRIAS

Capítulo com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

Art. 232. As tutelas provisórias podem ser instauradas antes ou no curso do processo principal, observando-se o que dispõe o Código de Processo Civil sobre o tema.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

Art. 233. As tutelas provisórias, no Tribunal, serão apresentadas ao Presidente e distribuídas ao relator do processo principal, salvo se a medida for requerida em procedimento preparatório, caso em que será sorteado, dentre os integrantes do colegiado competente, o magistrado relator do feito.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

Art. 234. A tramitação do processo no Tribunal observará as disposições da lei processual civil, no que aplicáveis.

TÍTULO IX DOS RECURSOS

CAPÍTULO I DOS RECURSOS PARA O TRIBUNAL

Art. 235. Para o Tribunal são admissíveis os seguintes recursos:

I - recurso ordinário, na hipótese da alínea “a” do artigo 895 da CLT, salvo em se tratando de causa de alçada;

II - agravo de petição, das decisões proferidas nas execuções, nos termos do artigo 897, §1º, da CLT, e das decisões proferidas em embargos de terceiro;

III - agravo de instrumento de despacho de juiz de Vara do Trabalho que indefere o encaminhamento do recurso interposto contra sentença ali proferida; e

IV - agravo em face de decisão de juiz de primeiro grau que conceder ou denegar liminar em mandado de segurança.

Inciso acrescentado pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

§1º O agravo recebido com efeito suspensivo será processado nos autos principais.

§2º Sempre que o inconformismo do agravante não compreender a integralidade do valor devido, será formado instrumento para subida do agravo, de modo a permitir o prosseguimento da execução no que concerne aos valores incontroversos.

§3º O processamento do agravo de petição das decisões proferidas em embargos de terceiro será sempre dentro dos autos dos embargos.

§4º No processamento do agravo de instrumento de competência do Tribunal, serão observados o artigo 897, alínea “b”, §§ 2º e 4º, da CLT, as Instruções Normativas do TST e, em caso de omissão, a lei processual comum.

§5º Após o visto do relator, o feito será apresentado em mesa para julgamento.

CAPÍTULO II DOS RECURSOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NO TRIBUNAL

Seção I Do Agravo Regimental

Art. 236. Cabe agravo regimental, oponível no prazo de oito dias, contados da intimação, contra despacho ou decisão:

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

I - do Presidente do Tribunal, que concede ou nega pedido de suspensão da execução, de liminar ou de tutela provisória, nos termos da legislação;

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

II - do Corregedor Regional, proferidas em correições parciais e pedidos de providências; e

Inciso acrescentado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

III - do Presidente de Seção Especializada, de Presidente de Turma e de relator, que concede ou denega medida liminar, tutela provisória ou tutela específica, ou que indefere inicial de ação de competência originária do Tribunal.

Inciso com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

Art. 237. O agravo regimental será submetido ao prolator do despacho ou da decisão, que poderá reconsiderar aquele ou esta ou submeter o agravo, na sessão seguinte, em mesa, ao órgão do Tribunal que seria competente para o julgamento do pedido ou recurso, computando-se o seu voto, prevalecendo, em caso de empate, a decisão agravada.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Parágrafo único. Caso vencido o prolator do despacho ou decisão agravada, lavrará o acórdão o magistrado que primeiro votou na tese vencedora.

Parágrafo único acrescentado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 238. O agravo regimental interposto contra ato do Presidente ou do Corregedor Regional, mantida a decisão, será encaminhado à livre distribuição entre os membros do Órgão Especial.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Parágrafo único. Se a decisão agravada for do Presidente do Tribunal, o julgamento será presidido por seu substituto, que votará no caso de empate.

Parágrafo único acrescentado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Seção II

Dos Embargos de Declaração

Art. 239. Aos acórdãos proferidos pelo Órgão Especial, Seções Especializadas e Turmas poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de cinco dias, contado da publicação do acórdão ou de suas conclusões no Diário Oficial.

Art. 240. *Revogado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.*

Art. 241. Findo o prazo regimental previsto no artigo 239, os autos serão conclusos ao redator do acórdão, observado, no que couber, o disposto no artigo 99 deste Regimento.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 242. O relator, independentemente de qualquer formalidade, dispensada a prévia inclusão em pauta, apresentará os embargos em mesa para julgamento na primeira sessão seguinte, proferindo seu voto.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS PARA O TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 243. Das decisões do Tribunal Regional do Trabalho cabem os seguintes recursos para o Tribunal Superior do Trabalho:

- a) recurso de revista, nas hipóteses do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho;
- b) recurso ordinário, das decisões do Tribunal proferidas em processos de sua competência originária; e
- c) agravo de instrumento, dos despachos que negarem seguimento a recursos.

Art. 244. O recurso será dirigido ao Presidente do Tribunal, em petição fundamentada, nos oito dias seguintes à publicação do acórdão ou de sua conclusão no Diário Oficial.

Art. 245. Ao recurso será dado ou negado seguimento por despacho fundamentado, cuja conclusão será publicada para ciência dos interessados.

§1º Ao receber o recurso ordinário, o Presidente dirá os efeitos em que o recebe.

§2º Da publicação do despacho que recebeu o recurso, será contado o prazo de oito dias para apresentação de contrarrazões.

Seção II Do Recurso Ordinário

Art. 246. Cabe recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho das decisões definitivas do Tribunal em processos de sua competência originária, no prazo de oito dias, contado da publicação do acórdão ou de suas conclusões no Diário Oficial.

Art. 247. É cabível recurso ordinário:

I - em dissídio coletivo;

II - em agravo regimental, salvo nas decisões proferidas em correições parciais;

III - em ação rescisória;

IV - em medida cautelar;

V - em mandado de segurança; e

VI - em *habeas corpus*.

Seção III Do Recurso de Revista

Art. 248. O Recurso de Revista, previsto nas alíneas “a”, “b” e “c” do artigo 896 da CLT, será apresentado em petição fundamentada, dentro do prazo de oito dias, a contar da publicação do acórdão no Diário Oficial.

Art. 249. O recebimento do recurso de revista ou a denegação do seu seguimento serão

feitos em despacho fundamentado.

§1º A parte interessada poderá requerer a expedição de carta de sentença para execução provisória do julgado, nos termos da Instrução Normativa nº 16, de 5 de outubro de 2000, do Tribunal Superior do Trabalho.

§2º A carta de sentença será extraída de acordo com o artigo 590 do CPC.

§3º Os recursos interpostos em casos idênticos aos afetados como recurso de revista repetitivo (IRRR) ficarão sobrestados na origem até o pronunciamento definitivo do Tribunal Superior do Trabalho.

§4º Publicado o acórdão do IRRR, os processos sobrestados:

I - terão seguimento denegado na hipótese de a tese recorrida coincidir com a orientação do Tribunal Superior do Trabalho acerca da matéria; ou

II - retornarão ao órgão colegiado de origem para novo exame da matéria, na hipótese de a tese recorrida divergir da orientação do Tribunal Superior do Trabalho.

§5º Na hipótese do §4º, inciso II, deste artigo, mantida a decisão divergente, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso de revista.

Parágrafos 3º a 5º acrescentados pela Emenda Regimental nº 30, de 16.8.2018.

Seção IV Do Agravo de Instrumento

Art. 250. Cabe agravo de instrumento para o Tribunal Superior do Trabalho de despacho do Presidente do Tribunal no qual foi indeferido o encaminhamento do recurso interposto contra acórdão ali proferido.

§1º O agravo de instrumento será processado na forma do art. 897 da CLT e das instruções normativas editadas pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Parágrafo com redação dada pela Emenda Regimental nº 23, de 5.11.2015.

§2º O agravante deverá instruir sua petição com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação, das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado, da petição inicial, da contestação, da decisão originária, do depósito recursal referente ao recurso que se pretende destrancar, da comprovação do recolhimento das custas e do depósito recursal a que se refere o § 7º do art. 899 da CLT e das demais peças indispensáveis à compreensão da controvérsia.

Parágrafo com redação dada pela Emenda Regimental nº 23, de 5.11.2015.

Art. 251. Será certificada nos autos principais a interposição do agravo de instrumento e a decisão que determinou o seu processamento ou a que reconsiderou o despacho agravado.

Art. 252. Mantido o despacho agravado, os autos serão remetidos ao Tribunal Superior do Trabalho.

TÍTULO X DA EXECUÇÃO

Art. 253. A execução competirá ao Presidente:

I - quanto às suas decisões e ordens; e

II - quanto às decisões do Órgão Especial, das Seções Especializadas e às tomadas em sessão administrativa.

Art. 254. A execução compete ainda:

I - aos Presidentes de Turma quanto às decisões desta e suas decisões individuais; e

II - aos relatores quanto às suas decisões.

Art. 255. Os atos de execução que não dependerem de carta de sentença serão requisitados, determinados, notificados ou delegados a quem os deva praticar.

Art. 256. A execução atenderá, no que couber, à legislação processual.

PARTE III DISPOSIÇÕES FINAIS

TÍTULO I DAS EMENDAS REGIMENTAIS

Art. 257. Os atos de competência do Tribunal Pleno, de natureza regimental, obedecem à seguinte nomenclatura:

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 6, de 7.3.2005.

I - Emenda Regimental: supressão, acréscimo ou modificação de suas disposições; e

II - Ato Regimental: complementação do Regimento Interno.

Incisos I e II com redação dada pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

Parágrafo único. Revogado pela Emenda Regimental nº 27, de 22.2.2018.

Art. 258. Os atos mencionados no artigo anterior são numerados em séries próprias,

seguidas e ininterruptamente, enquanto vigente o Regimento Interno ao qual se referem.

Art. 259. As matérias constantes de Emendas ou Atos Regimentais, submetidas ao Tribunal Pleno e não aprovadas, apenas poderão ser novamente apreciadas após o decurso do prazo de um ano.

Artigo com redação dada pela Emenda Regimental nº 13, de 30.11.2006.

TÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 260. Enquanto não instaladas as duas Subseções Especializadas em Dissídios Individuais, observar-se-á o seguinte:

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

I - os desembargadores que integram o Órgão Especial ficam desvinculados da SEDI e da SEDIC, redistribuídos os processos que ainda não tenham sido julgados;

II - os demais membros da SEDI poderão optar por uma das duas unidades (SEDI-I ou SEDI-II), no prazo de trinta dias, a contar da publicação da Emenda Regimental nº 14, de 12 de novembro de 2009, mediante requerimento dirigido à Presidência do Tribunal, prevalecendo as opções segundo a ordem de antiguidade; e

III - os desembargadores que atualmente compõem a SEDIC e os que não integram nenhuma das Seções Especializadas poderão formular, no prazo previsto no inciso anterior, requerimentos de opção, cientes da precedência dos atuais integrantes da SEDI.

Incisos I a III acrescentados pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 261. Ficam reconhecidos como não gozados, por imperiosa necessidade de serviço, os períodos de férias acumulados além do limite legal, até a data de publicação da Emenda Regimental nº 14, de 2009.

Caput com redação dada pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Parágrafo único. Os períodos de férias acumulados de que trata o artigo 56 deste Regimento deverão ser requeridos para gozo no prazo máximo de dezoito meses, de modo a, de então, não ser excedido o limite ali fixado.

Parágrafo único acrescentado pela Emenda Regimental nº 14, de 12.11.2009.

Art. 261-A. Para minimizar os efeitos da alteração do art. 21 deste Regimento, as eleições para a próxima Administração do Tribunal serão realizadas na primeira quinzena de dezembro de 2012 e a posse designada para a segunda quinzena de fevereiro de 2013.

Art. 261-B. A primeira eleição para membro da Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental será realizada por ocasião da eleição da direção para o biênio 2013-2015.

Artigos 261-A e 261-B acrescentados pela Emenda Regimental nº 19, de 6.12.2012.

Art. 261-C. Em razão da alteração na composição das Seções Especializadas, na forma dos artigos 8º e 9º deste Regimento, os membros que as compõem atualmente terão o prazo de 30

(trinta) dias, a contar da publicação da emenda regimental respectiva, para fazerem opção de lotação pela SEDIC, pela SEDI-I ou pela SEDI-II, respeitado o critério de antiguidade.

Artigo acrescentado pela Emenda Regimental nº 25, de 9.6.2016.

Art. 262. Este Regimento entrará em vigor, após sua publicação, no dia 2 de outubro de 2002.

ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO
(Elaborado pela Seção de Relacionamento com o Usuário Interno e Externo
SECRUS/DESCO/CORC - da Secretaria de Gestão do Conhecimento)

A

- ABUSO
 - (EM GERAL), [28](#)
- AÇÃO
 - ANULATÓRIA, [16](#), [212](#)
 - CAUTELAR, [17](#), [19](#), [89](#), [230](#)
 - DESISTÊNCIA, [19](#)
 - PENAL, [82](#)
 - RESCISÓRIA, [16](#), [17](#), [85](#), [96](#), [147](#), [201](#), [247](#)
- ACÓRDÃO, [25](#), [36](#), [46](#), [48](#), [110](#), [111](#), [112](#), [113](#), [114](#), [115](#), [118](#), [119](#), [120](#), [121](#), [160](#), [191](#), [201](#), [202](#), [237](#), [239](#), [241](#), [244](#), [246](#), [248](#), [250](#)
- ACORDO
 - (EM GERAL), [4](#), [38](#), [55](#), [107](#), [213](#), [249](#)
- ADVOGADO
 - (EM GERAL), [14](#), [110](#), [113](#), [141](#), [144](#), [145](#), [147](#), [151](#), [175](#), [176](#), [177](#)
- AFASTAMENTO
 - (EM GERAL), [15](#), [58](#), [64](#), [65](#), [66](#), [69](#), [76](#), [77](#), [87](#), [93](#), [97](#), [130](#), [136](#)
 - DE MAGISTRADO, [58](#), [65](#), [77](#), [87](#)
- AGRAVO
 - DE INSTRUMENTO, [88](#), [92](#), [107](#), [235](#), [243](#), [250](#), [251](#)
 - DE PETIÇÃO, [18](#), [147](#), [235](#)
 - EFEITO SUSPENSIVO, [235](#)
 - REGIMENTAL, [15](#), [16](#), [17](#), [18](#), [19](#), [88](#), [97](#), [102](#), [107](#), [147](#), [197](#), [211](#), [236](#), [237](#), [238](#), [247](#)
- AJUDA DE CUSTO, [25](#)
- ALÇADA, [235](#)
- AMBIENTE
 - (EM GERAL), [38](#), [73](#), [175](#)
- ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, [25](#)
- APOSENTADORIA
 - (EM GERAL), [67](#), [68](#), [75](#), [87](#)
 - POR INVALIDEZ/DOENÇA, [68](#)
- ARGUIÇÃO
 - DE FALSIDADE, [15](#)
 - DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI OU DE ATO NORMATIVO, [14](#)
- ASSINATURA
 - (EM GERAL), [117](#), [162](#), [207](#)

ASSOCIAÇÃO

- (EM GERAL), [65](#)
 - DOS JUÍZES DO TRABALHO (AJUTRA), [130](#)
 - DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO (AMATRA), [130](#)
 - SINDICAL/DE CLASSE, [65](#)
- ATA, [25](#), [54](#), [135](#), [138](#), [161](#), [180](#), [214](#)
- (EM GERAL), [25](#), [54](#), [135](#), [138](#), [161](#), [180](#), [214](#)
 - DE AUDIÊNCIA, [180](#)
 - DE SESSÃO, [135](#)
- ATIVIDADE
 - ESSENCIAL, [220](#)
- ATO
 - DE POSSE, [40](#)
 - NORMATIVO, [25](#), [28](#), [119](#), [122](#), [190](#), [192](#), [194](#)
 - REGIMENTAL, [38](#)
- ATRASO
 - (EM GERAL), [25](#), [28](#), [35](#), [49](#), [51](#), [78](#)
- ATRIBUIÇÕES
 - (EM GERAL), [109](#), [203](#), [206](#), [253](#), [254](#)
- AUDIÊNCIA
 - (EM GERAL), [178](#), [180](#), [203](#), [211](#), [212](#), [214](#), [216](#)
- AUTO
 - APARTADOS, [119](#)
 - VISTA DE, [156](#)
- AUTORIDADE COATORA, [197](#), [200](#)

B

- BANCA EXAMINADORA, [15](#)
- BASE TERRITORIAL, [123](#)

C

- CARGO
 - (EM GERAL), [7](#), [12](#), [13](#), [14](#), [15](#), [21](#), [22](#), [23](#), [25](#), [28](#), [33](#), [40](#), [42](#), [45](#), [51](#), [54](#), [58](#), [63](#), [64](#), [71](#), [82](#), [87](#), [165](#)
 - DE DIREÇÃO, [87](#)
 - EM COMISSÃO, [15](#), [25](#)
 - VAGO, [22](#)
- CARGOS
 - DE DIREÇÃO, [21](#), [23](#), [87](#), [165](#)
 - EM ÓRGÃO DE REPRESENTAÇÃO DA MAGISTRATURA, [58](#)

sumário

- SERVIDORES, [25](#), [28](#), [38](#)
- VACÂNCIA, [23](#), [33](#), [34](#)

CARTA
- (EM GERAL), [249](#), [255](#)
- DE SENTENÇA, [249](#), [255](#)

CERTIDÃO, [110](#), [119](#), [156](#), [196](#), [250](#)
- (EM GERAL), [110](#), [119](#), [156](#), [196](#), [250](#)
- DE JULGAMENTO, [119](#)

CITAÇÃO
- (EM GERAL), [127](#), [203](#), [204](#), [225](#), [226](#)

CLÁUSULA
- (EM GERAL), [16](#), [214](#), [219](#)

COAÇÃO, [206](#), [207](#)

COMISSÃO
- (EM GERAL), [15](#), [25](#), [37](#), [38](#), [39](#), [81](#), [87](#)
- DE CONCURSO, [15](#), [25](#)
- PERMANENTE, [38](#), [39](#)
- TEMPORÁRIA, [37](#)

COMPENSAÇÃO
- (EM GERAL), [88](#), [93](#), [95](#)

COMPETÊNCIA
- (EM GERAL), [7](#), [15](#), [16](#), [17](#), [18](#), [19](#), [25](#), [28](#), [35](#), [37](#),
[85](#), [86](#), [93](#), [107](#), [109](#), [119-C](#), [147](#), [178](#), [181](#), [184](#),
[195](#), [196](#), [203](#), [206](#), [212](#), [235](#), [236](#), [243](#), [246](#), [254](#),
[257](#)

COMPLEMENTAÇÃO
- (EM GERAL), [136](#)

COMPOSIÇÃO
- (EM GERAL), [5](#), [6](#), [7](#), [15](#), [39](#), [49](#), [91](#), [214](#), [219](#)

CONCILIAÇÃO
- (EM GERAL), [180](#), [211](#), [212](#), [213](#), [214](#), [215](#), [216](#)

CONCORRÊNCIA, [52](#)

CONCURSO
- (EM GERAL), [15](#), [25](#), [50](#), [87](#)
- PÚBLICO, [25](#)

CONFLITO
- (EM GERAL), [15](#), [28](#), [85](#), [107](#), [119](#), [147](#), [181](#), [182](#),
[183](#), [184](#), [185](#), [186](#), [188](#), [189](#), [214](#), [219](#)
- DE COMPETÊNCIA, [15](#), [85](#), [107](#), [147](#), [181](#)

CÔNJUGE, [11](#), [64](#)

CONTESTAÇÃO, [204](#), [227](#)

CONVOCAÇÃO, [25](#), [52](#), [59](#), [77](#), [78](#), [79](#), [91](#), [93](#), [99](#), [110](#),
[131](#), [134](#), [136](#), [137](#), [173](#)

CORREIÇÃO PARCIAL, [236](#), [247](#)

CRIME, [19](#)

CULPA, [25](#)

Índice Remissivo

CURSO, [14](#), [60](#), [65](#), [69](#), [87](#), [151](#), [190](#), [206](#), [232](#)
- DE APERFEIÇOAMENTO E ESTUDO DE
MAGISTRADOS, [65](#)

D

DECISÃO
- RESCINDENDA, [96](#)

DECLARAÇÃO
- (EM GERAL), [19](#), [88](#), [99](#), [107](#), [111](#), [147](#), [167](#), [239](#)
- DE INCONSTITUCIONALIDADE, [167](#)

DEPENDENTE, [232](#)

DESACATO, [82](#)

DESCONTO
- (EM GERAL), [25](#)

DESISTÊNCIA
- (EM GERAL), [19](#), [25](#), [35](#), [46](#)
- DE AÇÃO, [19](#)
- DO RECURSO, [25](#)

DESOBEDIÊNCIA, [82](#)

DESPESA
- (EM GERAL), [15](#), [25](#)

DEVOLUÇÃO
- (EM GERAL), [90](#), [103](#)

DIÁRIA, [25](#), [88](#)

DIÁRIO OFICIAL, [120](#)

DIRETOR, [25](#), [28](#), [130](#)
- (EM GERAL), [25](#), [28](#), [130](#)
- DE FORO, [25](#)

DISPONIBILIDADE (VERIFICAR SE É
DISPONIBILIDADE DE MAGISTRADO), [75](#), [119](#), [120](#)

DISSÍDIO
- COLETIVO, [16](#), [26](#), [85](#), [206](#), [211](#), [216](#), [247](#)

DISSÍDIO COLETIVO, [16](#), [26](#), [85](#), [206](#), [211](#), [216](#), [247](#)

DISTRIBUIÇÃO (VERIFICAR SE É DISTRIBUIÇÃO DE
PROCESSO), [12](#), [21](#), [25](#), [35](#), [46](#), [51](#), [60](#), [85](#), [86](#), [87](#), [88](#),
[89](#), [90](#), [91](#), [92](#), [94](#), [119](#), [147](#), [178](#), [184](#), [215](#), [233](#), [238](#)

DOCUMENTO
- (EM GERAL), [19](#), [196](#), [198](#), [211](#)

DOENÇA
- (EM GERAL), [61](#), [104](#)
- GRAVE, [104](#)

E

EDITAL, [50](#), [226](#)

EFEITO
- SUSPENSIVO, [235](#)

ELEIÇÃO, [14](#), [21](#), [22](#), [23](#), [33](#), [60](#), [87](#), [136](#), [137](#), [162](#), [165](#), [261](#), [261-A](#), [261-B](#)

EMBARGO

- À DECLARAÇÃO, [19](#), [88](#), [99](#), [107](#), [119](#), [147](#), [239](#)
- DE TERCEIRO, [235](#)

EMENDA

- (EM GERAL), [38](#), [60](#)

ESCALA, [58](#)

ESTABILIDADE

- (EM GERAL), [15](#), [42](#), [54](#), [206](#)

ESTÁGIO, [38](#)

ESTRANGEIRO, [85](#)

EXAME

- (EM GERAL), [25](#), [69](#), [72](#), [92](#), [122](#), [154](#), [156](#)

EXCEÇÃO

- (EM GERAL), [12](#), [15](#), [136](#), [165](#), [203](#), [206](#)
- DE IMPEDIMENTO, [15](#)

EXCLUSÃO

- (EM GERAL), [173](#), [202](#)

EXECUÇÃO

- (EM GERAL), [235](#)
- PROVISÓRIA, [249](#)

EXTINÇÃO

- (EM GERAL), [222](#)

F

FALECIMENTO, [64](#), [224](#)

FALSIDADE

- (EM GERAL), [15](#), [46](#)

FEDERAÇÃO

- (EM GERAL), [123](#)

FÉRIAS

- (EM GERAL), [15](#), [25](#), [26](#), [28](#), [30](#), [55](#), [56](#), [57](#), [58](#), [59](#), [60](#), [76](#), [87](#), [98](#), [130](#), [136](#), [261](#)

FOLGA, [87](#)

FUNCIONÁRIO PÚBLICO, [38](#)

G

GESTANTE, [61](#)

GREVE, [220](#), [221](#)

H

HABEAS CORPUS, [15](#), [17](#), [85](#), [89](#), [93](#), [107](#), [141](#), [169](#), [206](#), [210](#), [247](#)

HABILITAÇÃO

- (EM GERAL), [15](#), [156](#), [224](#), [227](#), [228](#)

- INCIDENTE, [224](#)

I

IDENTIDADE

- (EM GERAL), [119](#)
- DE MATÉRIA, [119](#)

IMEDIATIDADE, [66](#), [208](#), [217](#)

IMPEDIMENTO, [12](#), [15](#), [19](#), [23](#), [26](#), [28](#), [30](#), [31](#), [32](#), [33](#), [34](#), [46](#), [88](#), [96](#), [110](#), [136](#), [167](#), [173](#), [223](#)

INCIDENTE

- (EM GERAL), [14](#), [119](#)
- DE FALSIDADE, [46](#)
- DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS, [119](#)
- DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, [119](#), [119-A](#), [119-B](#), [119-C](#)
- PROCESSUAL, [25](#)

INFRAÇÃO, [25](#), [81](#)

INTERNACIONAL, [85](#)

INTERVENÇÃO, [85](#)

INTIMAÇÃO

- (EM GERAL), [115](#), [119](#), [141](#), [203](#), [211](#), [236](#), [250](#)

INVALIDEZ, [68](#), [69](#)

INVESTIGAÇÃO, [81](#)

IRMÃO, [64](#)

J

JORNADA

- DE 8 HORAS, [119](#)

JUIZ

- AUXILIAR, [25](#)
- CONVOCADO, [25](#), [52](#), [59](#), [77](#), [78](#), [79](#), [91](#), [93](#), [110](#), [131](#)

JUIZ

- SUBSTITUTO, [13](#), [14](#), [15](#), [38](#), [50](#), [52](#), [87](#)
- TITULAR, [13](#), [14](#), [15](#), [25](#), [49](#), [51](#), [52](#), [78](#), [213](#)

JUNTA

- MÉDICA, [62](#), [69](#), [71](#), [72](#), [73](#)

JURISDIÇÃO, [14](#), [15](#), [81](#), [86](#), [213](#)

JURISPRUDÊNCIA, [14](#), [15](#), [38](#), [119](#), [120](#), [121](#)

L

LEGITIMIDADE

- (EM GERAL), [230](#)

LESÃO. VIDE TAMBÉM DANO, [230](#)

LICENÇA

- (EM GERAL), [15](#), [25](#), [61](#), [62](#), [63](#), [65](#), [66](#), [69](#), [87](#), [93](#), [98](#), [130](#), [136](#)

- MÉDICA, [62](#), [87](#)
- PARA FREQUÊNCIA A CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E ESTUDOS, [65](#)
- PARA REPOUSO À GESTANTE, [61](#)
- PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, [61](#), [62](#), [69](#)
- POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, [61](#)

LIDE

- (EM GERAL), [35](#), [214](#)

LIMINAR, [25](#), [98](#), [198](#), [230](#), [235](#), [236](#)

LITISCONSÓRCIO, [147](#)

LIVRO, [25](#), [28](#), [144](#)

M

MAGISTRADO, [2](#), [3](#), [4](#), [6](#), [8](#), [9](#), [10](#), [12](#), [13](#), [14](#), [15](#), [17](#), [21](#), [23](#), [25](#), [28](#), [31](#), [32](#), [33](#), [34](#), [35](#), [38](#), [40](#), [41](#), [42](#), [43](#), [44](#), [45](#), [48](#), [49](#), [50](#), [51](#), [52](#), [53](#), [54](#), [55](#), [57](#), [58](#), [59](#), [60](#), [63](#), [64](#), [65](#), [66](#), [67](#), [68](#), [69](#), [73](#), [74](#), [75](#), [77](#), [78](#), [79](#), [81](#), [82](#), [83](#), [87](#), [91](#), [93](#), [94](#), [97](#), [98](#), [99](#), [110](#), [111](#), [112](#), [114](#), [115](#), [117](#), [119](#), [120](#), [121](#), [130](#), [133](#), [134](#), [135](#), [136](#), [137](#), [141](#), [148](#), [149](#), [150](#), [152](#), [153](#), [154](#), [156](#), [157](#), [159](#), [160](#), [161](#), [164](#), [165](#), [167](#), [173](#), [175](#), [176](#), [190](#), [202](#), [213](#), [214](#), [217](#), [233](#), [235](#), [237](#), [260](#), [261-C](#)

- (EM GERAL), [6](#), [14](#), [25](#), [28](#), [35](#), [40](#), [41](#), [42](#), [43](#), [44](#), [45](#), [48](#), [51](#), [55](#), [58](#), [63](#), [64](#), [65](#), [67](#), [68](#), [69](#), [73](#), [74](#), [75](#), [78](#), [81](#), [82](#), [83](#), [87](#), [93](#), [97](#), [99](#), [110](#), [111](#), [112](#), [114](#), [115](#), [117](#), [130](#), [135](#), [141](#), [148](#), [149](#), [150](#), [152](#), [153](#), [154](#), [156](#), [157](#), [159](#), [160](#), [161](#), [165](#), [167](#), [175](#), [176](#), [190](#), [202](#), [217](#), [233](#), [237](#)
- APOSENTADORIA, [67](#), [68](#), [69](#), [70](#), [75](#), [87](#)
- CONVOCAÇÃO, [25](#), [52](#), [59](#), [77](#), [78](#), [79](#), [91](#), [93](#), [110](#), [131](#)
- FÉRIAS, [15](#), [25](#), [26](#), [28](#), [30](#), [55](#), [56](#), [57](#), [58](#), [59](#), [60](#), [76](#), [87](#), [98](#), [130](#), [136](#), [261](#)
- GABINETE, [112](#), [115](#)
- LICENÇAS E AFASTAMENTOS, [15](#), [25](#), [58](#), [61](#), [62](#), [63](#), [64](#), [65](#), [66](#), [69](#), [71](#), [76](#), [77](#), [87](#), [93](#), [94](#), [97](#), [98](#), [99](#), [117](#), [130](#), [136](#)
- POSSE, [15](#), [40](#), [41](#)

MAGISTRATURA

- (EM GERAL), [3](#), [15](#), [42](#), [44](#), [58](#)
- DE CARREIRA, [3](#), [15](#), [44](#)

MANDADO

- DE SEGURANÇA, [15](#), [16](#), [17](#), [85](#), [89](#), [93](#), [141](#), [147](#), [195](#), [196](#), [197](#), [198](#), [235](#), [247](#)

MANDATO

- (EM GERAL), [12](#), [21](#), [23](#), [33](#), [147](#), [162](#), [206](#)

MÉDICO, [62](#), [63](#), [69](#), [71](#), [72](#), [73](#), [87](#)

MEDIDA

- CAUTELAR, [16](#), [92](#), [147](#), [247](#)

MENOR, [85](#), [155](#), [211](#)

MULTA

- (EM GERAL), [17](#), [18](#)
- MUNICIPAL, [144](#)

N

NOTIFICAÇÃO, [203](#), [255](#)

NULIDADE

- (EM GERAL), [53](#)

O

OFÍCIO

- (EM GERAL), [68](#), [119](#), [185](#), [196](#), [198](#), [199](#), [203](#)

ORDEM

- PREFERENCIAL, [54](#)
- PROCESSUAL, [28](#)

ÓRGÃO

- (EM GERAL), [1](#), [6](#), [8](#), [9](#), [15](#), [25](#), [28](#), [33](#), [34](#), [35](#), [36](#), [46](#), [55](#), [57](#), [58](#), [61](#), [66](#), [84](#), [85](#), [87](#), [88](#), [91](#), [92](#), [93](#), [98](#), [99](#), [109](#), [110](#), [112](#), [115](#), [119](#), [123](#), [130](#), [131](#), [133](#), [136](#), [138](#), [141](#), [147](#), [156](#), [173](#), [174](#), [183](#), [184](#), [185](#), [190](#), [193](#), [195](#), [196](#), [217](#), [222](#), [228](#), [230](#), [237](#), [261-C](#)

ÓRGÃOS

- COLEGIADOS, [35](#), [36](#), [84](#), [87](#), [91](#), [92](#), [98](#), [99](#), [119](#), [123](#), [130](#), [131](#), [133](#), [136](#), [138](#), [183](#)

P

PARALISAÇÃO

- (EM GERAL), [218](#), [220](#), [221](#)

PARALISAÇÃO DO TRABALHO, [218](#), [220](#), [221](#)

PARCERIA, [38](#)

PAUTA

- (EM GERAL), [18](#), [25](#), [35](#), [103](#), [104](#), [105](#), [107](#), [108](#), [109](#), [119](#), [130](#), [141](#), [142](#), [187](#), [200](#), [205](#), [209](#), [218](#), [228](#), [242](#)
- PREFERÊNCIAS, [49](#), [51](#), [54](#), [58](#), [104](#), [108](#), [141](#), [142](#), [144](#), [145](#), [187](#), [200](#), [209](#), [218](#)

PEDIDOS DE PROVIDÊNCIA, [28](#), [98](#), [236](#)

PENA

- (EM GERAL), [25](#), [53](#), [81](#), [82](#), [222](#)

PENALIDADE, [17](#), [18](#), [25](#), [28](#), [35](#), [107](#), [165](#)

PERÍCIA

- (EM GERAL), [72](#)
- MÉDIA, [72](#)

PERÍODO

- (EM GERAL), [22](#), [23](#), [25](#), [41](#), [55](#), [58](#), [62](#), [63](#), [71](#), [93](#), [99](#), [261](#)

PERMUTA, [15](#), [25](#), [49](#), [51](#)

PESSOA

- JURÍDICA, [85](#), [230](#)

PETIÇÃO

- (EM GERAL), [18](#), [36](#), [46](#), [89](#), [147](#), [196](#), [197](#), [198](#), [203](#), [208](#), [211](#), [222](#), [235](#), [244](#), [248](#), [250](#)
- INICIAL, [89](#), [197](#), [198](#), [211](#), [222](#)

PLANO

- (EM GERAL), [197](#)

PLANTÃO, [87](#)

PODER

- (EM GERAL), [26](#), [196](#)
- PÚBLICO, [25](#)

PRAZO

- (EM GERAL), [15](#), [18](#), [22](#), [25](#), [28](#), [35](#), [38](#), [40](#), [46](#), [47](#), [49](#), [50](#), [51](#), [54](#), [56](#), [58](#), [62](#), [71](#), [77](#), [89](#), [90](#), [100](#), [101](#), [102](#), [117](#), [121](#), [130](#), [156](#), [186](#), [196](#), [198](#), [200](#), [204](#), [205](#), [211](#), [222](#), [236](#), [239](#), [241](#), [245](#), [246](#), [248](#), [259](#), [260](#), [261](#), [261-C](#)

PREJUÍZO, [51](#), [58](#), [64](#), [65](#), [70](#)

PRESIDÊNCIA, [81](#)

PRESIDENTE DO TRIBUNAL

- SUBSTITUIÇÃO, [31](#)
- SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE TUTELA ANTECIPADA, [230](#)

PROCESSO

- ADMINISTRATIVO, [25](#), [28](#), [38](#), [54](#), [165](#)
- CONEXO, [139](#)
- DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO PRIMEIRO GRAU, [86](#)
- DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO TRIBUNAL, [243](#), [246](#)
- DISCIPLINAR, [25](#)
- EXTINÇÃO, [211](#), [222](#)
- INCIDENTE, [88](#)

PROCURAÇÃO

- (EM GERAL), [21](#), [250](#)

PROCURADOR

- (EM GERAL), [70](#), [225](#)

PROMOÇÃO, [14](#), [28](#), [49](#), [52](#), [54](#), [60](#), [165](#)

PRORROGAÇÃO

- (EM GERAL), [25](#)
- DE PRAZO, [25](#)

PROTOCOLO, [49](#), [204](#)

PROVA

- (EM GERAL), [72](#), [87](#), [196](#), [199](#), [203](#), [227](#)

Q

QUADRO

- (EM GERAL), [15](#), [25](#), [28](#), [35](#), [72](#)
- DE PESSOAL, [15](#), [25](#), [28](#), [35](#)

QUALIFICAÇÃO, [158](#), [221](#)

QUINTO CONSTITUCIONAL, [4](#), [25](#), [60](#), [165](#)

QUORUM, [4](#), [57](#), [58](#), [130](#), [136](#), [138](#), [156](#), [158](#), [164](#)

R

RAZÃO FINAL, [205](#)

RECESSO, [25](#), [41](#)

RECONHECIMENTO

- (EM GERAL), [14](#), [55](#), [61](#), [119](#), [261](#)

RECURSO

- (EM GERAL), [15](#), [18](#), [25](#), [28](#), [35](#), [36](#), [46](#), [101](#), [154](#), [161](#), [167](#), [189](#), [194](#), [230](#), [235](#), [237](#), [243](#), [244](#), [245](#), [246](#), [247](#), [249](#), [250](#)
- DE REVISTA, [243](#), [249](#)
- EM MATÉRIA ADMINISTRATIVA, [101](#)
- ORDINÁRIO, [18](#), [235](#), [243](#), [245](#), [246](#), [247](#)

REDATOR, [92](#), [99](#), [110](#), [112](#), [115](#), [117](#), [160](#), [241](#)

REGISTRO

- (EM GERAL), [38](#), [110](#), [118](#), [138](#), [144](#)

RELATOR, [15](#), [18](#), [25](#), [46](#), [48](#), [54](#), [63](#), [85](#), [89](#), [90](#), [91](#), [92](#), [93](#), [96](#), [97](#), [98](#), [99](#), [104](#), [105](#), [110](#), [111](#), [117](#), [119](#), [119-A](#), [139](#), [146](#), [147](#), [149](#), [150](#), [156](#), [159](#), [166](#), [167](#), [169](#), [185](#), [186](#), [187](#), [190](#), [196](#), [197](#), [198](#), [200](#), [203](#), [204](#), [205](#), [208](#), [217](#), [227](#), [233](#), [235](#), [236](#), [242](#), [254](#)

REMESSA

- (EM GERAL), [28](#), [87](#), [199](#)

REMOÇÃO, [15](#), [25](#), [49](#), [50](#), [99](#)

REPOUSO

- (EM GERAL), [61](#)

REPRESENTAÇÃO

- (EM GERAL), [58](#), [166](#), [211](#)

REPRESENTANTE

- (EM GERAL), [133](#), [143](#), [175](#), [176](#)

RESPONSABILIDADE

- (EM GERAL), [25](#), [38](#), [87](#)

RESTAURAÇÃO

- (EM GERAL), [19](#), [231](#)
- DE AUTOS, [19](#)

RETENÇÃO

- (EM GERAL), [18](#)

REVISÃO

- DE VALOR, [235](#)
- DO ACORDO, [4](#), [38](#), [55](#), [107](#), [249](#)
- DO JULGADO, [38](#), [249](#)

REVISOR, [47](#), [63](#), [90](#), [104](#), [105](#), [110](#), [111](#), [143](#), [149](#), [150](#), [166](#), [167](#), [169](#), [205](#), [217](#)

RISCO

- DO TRABALHO, [15](#), [28](#), [38](#)

S

SECRETARIA
- (EM GERAL), [15](#), [25](#), [46](#), [47](#), [103](#), [112](#), [156](#), [196](#), [199](#), [205](#)

SECRETÁRIA, [35](#), [110](#), [161](#), [175](#), [176](#), [196](#)

SECRETÁRIO
- (EM GERAL), [35](#), [110](#), [161](#), [175](#), [176](#), [196](#)

SEGREDO DE JUSTIÇA, [174](#), [175](#), [176](#), [177](#)

SENTENÇA
- (EM GERAL), [16](#), [17](#), [18](#), [25](#), [28](#), [42](#), [49](#), [51](#), [78](#), [219](#), [230](#), [235](#), [249](#), [255](#)
- NORMATIVA, [16](#), [17](#), [219](#)

SERVIÇO
- (EM GERAL), [15](#), [25](#), [28](#), [38](#), [49](#), [51](#), [56](#), [58](#), [220](#), [261](#)

SERVIDOR
- (EM GERAL), [25](#), [28](#), [38](#)

SESSÃO
- (EM GERAL), [4](#), [12](#), [22](#), [23](#), [31](#), [32](#), [33](#), [35](#), [36](#), [40](#), [43](#), [54](#), [60](#), [66](#), [75](#), [78](#), [84](#), [91](#), [107](#), [108](#), [110](#), [111](#), [119](#), [121](#), [130](#), [131](#), [133](#), [134](#), [135](#), [136](#), [138](#), [141](#), [144](#), [146](#), [156](#), [161](#), [162](#), [163](#), [164](#), [169](#), [173](#), [175](#), [176](#), [177](#), [179](#), [209](#), [216](#), [217](#), [237](#), [242](#), [253](#)
- ADMINISTRATIVA, [176](#), [253](#)
- DE JULGAMENTO, [35](#), [110](#), [121](#), [175](#), [216](#)
- DE POSSE, [22](#)
- EXTRAORDINÁRIA, [22](#), [23](#)
- ORDINÁRIA, [35](#), [217](#)
- PREFERÊNCIA, [49](#), [51](#), [54](#), [58](#), [104](#), [108](#), [141](#), [142](#), [144](#), [145](#), [209](#)
- PÚBLICA, [4](#)
- SEGREDO DE JUSTIÇA, [174](#), [175](#), [176](#), [177](#)
- SOLENE, [60](#), [131](#), [162](#), [163](#)

SINDICÂNCIA, [25](#), [28](#), [87](#)

SISTEMA
- (EM GERAL), [25](#)
- INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (SIMPLES) (CONFERIR TODOS OS SIMPLES), [121](#), [136](#), [164](#)

SOBRESTAMENTO, [185](#)

SUBSTITUIÇÃO
- (EM GERAL), [23](#), [25](#), [31](#), [32](#), [33](#), [34](#), [54](#), [76](#)

SÚMULA, [38](#), [60](#), [122](#)

SUPLENTE, [14](#), [136](#), [137](#)

SUSPEIÇÃO, [12](#), [15](#), [33](#), [34](#), [110](#), [136](#), [147](#), [173](#)

SUSPENSÃO
- (EM GERAL), [25](#), [110](#), [190](#), [198](#), [230](#), [236](#)

- DE EXECUÇÃO, [236](#)
- DE TUTELA ANTECIPADA, [236](#)
- DO EXPEDIENTE, [25](#)
- DO JULGAMENTO, [110](#), [119](#), [190](#)
- LIMINAR, [198](#)
DE TUTELA ANTECIPADA, [230](#)

SUSTENTAÇÃO ORAL, [119](#), [143](#), [147](#), [156](#), [161](#)

T

TAREFA, [35](#)

TEMPO
- (EM GERAL), [33](#), [44](#), [58](#), [67](#), [147](#), [153](#)
- DE SERVIÇO, [44](#), [67](#)

TEMPORÁRIO, [22](#), [97](#)

TERCEIRO
- (EM GERAL), [11](#), [198](#), [200](#), [235](#)
- INTERESSADO, [198](#), [200](#)

TERMO
- (ELIMINAR ESTE SUB-ITEM), [25](#), [38](#), [42](#), [66](#), [111](#), [197](#), [199](#), [230](#), [235](#), [236](#), [249](#)
- (EM GERAL), [40](#), [50](#), [216](#)

TERRITÓRIO, [123](#)

TRABALHO
- (EM GERAL), [25](#), [28](#), [35](#), [135](#), [214](#)

TRAMITAÇÃO
- PREFERENCIAL, [104](#)
- PROCESSUAL, [35](#), [234](#)

TRANSAÇÃO
- (EM GERAL), [16](#)

TUTELA
- (EM GERAL), [230](#), [232](#), [233](#), [236](#)
- ANTECIPADA, [25](#), [230](#), [232](#), [233](#), [236](#)
- PROVISÓRIA, [17](#), [19](#), [25](#), [89](#), [92](#), [232](#), [233](#), [236](#)

U

UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, [119](#), [119-A](#), [119-B](#), [119-C](#)

UTILIDADE
- (EM GERAL), [54](#), [179](#), [196](#)

V

VANTAGEM
- (EM GERAL), [64](#), [65](#)

VESTES TALARES, [15](#), [147](#)

VIGÊNCIA, [197](#), [230](#), [258](#)

VINCULAÇÃO, [12](#), [21](#), [46](#), [91](#), [92](#), [141](#), [166](#), [206](#)

VISTA

- EM MESA, [156](#)
- REGIMENTAL, [110](#), [156](#)

VITALICIAMENTO. *VIDE TAMBÉM* COMISSÃO DE VITALICIAMENTO DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO, [14](#), [28](#)

VOTO

- (EM GERAL), [4](#), [18](#), [21](#), [21-A](#), [35](#), [36](#), [38](#), [46](#), [47](#), [52](#), [53](#), [54](#), [75](#), [99](#), [110](#), [111](#), [118](#), [119](#), [124](#), [149](#), [155](#), [156](#), [157](#), [158](#), [166](#), [167](#), [169](#), [173](#), [237](#), [242](#), [257](#)
- DE QUALIDADE, [119](#), [166](#), [167](#), [169](#)
 - secreto, [4](#), [21](#)